

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**TAXAS DE NATALIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
ALGUMAS REFLEXÕES SOB A ÓTICA DO PENSAMENTO
INSTITUCIONALISTA**

WEBER RAMOS RIBEIRO FILHO

MARINGÁ
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

WEBER RAMOS RIBEIRO FILHO

**TAXAS DE NATALIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
ALGUMAS REFLEXÕES SOB A ÓTICA DO PENSAMENTO
INSTITUCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Natalino Henrique Medeiros

**MARINGÁ
2006**

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
1 INSTITUCIONALISMO, NOVA ECONOMIA INSTITUCIONALISTA, E A ELABORAÇÃO DE UM MODELO TEÓRICO PARA A ANÁLISE DOS FENÔMENOS SÓCIO ECONÔMICOS.....	4
1.1 Thorstein Veblen e os primórdios do institucionalismo.....	4
1.2 A Nova economia institucionalista.....	10
1.2.1 A Abordagem dos custos de transação.....	14
1.2.2 As concepções teóricas de Douglass North.....	19
1.3 Proposta de um modelo teórico de análise dos fenômenos sócio-econômicos.....	28
1.3.1 Caracterizando instituições.....	30
1.3.2 O desenvolvimento econômico.....	32
1.3.3 Racionalidade, comportamento individual e reprodutivo.....	36
2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMO ELEMENTO CONDICIONADOR DAS TAXAS DE NATALIDADE	39
2.1 Teorias pertinentes.....	39
2.1.1 A teoria malthusiana.....	39
2.1.2 A teoria fisiológica.....	42
2.1.3 Teorias neoclássicas das taxas de natalidade.....	43
2.1.4 Teoria da transição demográfica.....	45
2.2 A teoria da expectativa de acumulação.....	47
2.3 Aplicação empírica da teoria da expectativa de acumulação.....	54
3 AS TAXAS DE NATALIDADE COMO ELEMENTO CONDICIONADOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	60
3.1 Aspectos preliminares.....	60
3.2 Taxas de natalidade, tamanho da população e desenvolvimento econômico...	61

3.3 Taxas de natalidade, crescimento populacional e desenvolvimento econômico.....	62
3.4 Taxas de natalidade, distribuição etária e desenvolvimento econômico.....	63
3.5 Taxas de natalidade, padrão de renda e desenvolvimento econômico.....	64
3.6 Taxas de natalidade, meio ambiente e segurança pública.....	65
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS	71

RESUMO

Ao se circular por regiões habitadas predominantemente por pessoas de baixa renda um fato curioso chama a atenção de qualquer observador que tenha um mínimo de perspicácia: existe um número relativamente elevado de crianças em relação às regiões habitadas por famílias de renda média e alta. Assim acontece, seja nas favelas das grandes metrópoles, seja nas áreas suburbanas de pequenas e médias cidades. Tal fato, que é nitidamente corroborado pelas estatísticas oficiais acerca das taxas de natalidade, implica duas ordens de questionamento: quais as causas que levam as pessoas de mais baixa renda a ter um número relativamente elevado de filhos? E, quais as consequências deste número elevado de crianças, nas famílias de baixa renda, para o desenvolvimento econômico de uma dada sociedade? O presente trabalho objetiva responder a estas duas questões. Para tanto utilizou-se um procedimento metodológico de revisita ao pensamento institucionalista como forma de se obter a fundamentação teórica sob a qual se alicerçará grande parte das proposições teóricas contidas neste trabalho. Feitas as considerações teóricas pertinentes, a análise subsequente se dá em dois sentidos. Primeiro, procura-se explicar como o desenvolvimento econômico de uma dada sociedade condiciona as suas taxas de natalidade. Neste quesito, após a apresentação das principais teorias que tratam do assunto, parte-se para a estruturação de uma teoria inédita, *a teoria da expectativa de acumulação*, a qual é confrontada com as estatísticas oficiais mostrando-se bastante coerente com os dados apresentados. Na sequência, o sentido de causalidade da análise se inverte, e procura-se explicar como as taxas de natalidade de uma dada sociedade condicionam o desenvolvimento econômico desta sociedade. Por fim, a título de conclusão, são feitas algumas considerações acerca das políticas públicas associadas com o controle das taxas de natalidade e o desenvolvimento econômico.

INTRODUÇÃO

Ao se circular por regiões habitadas predominantemente por pessoas de baixa renda um fato curioso chama a atenção de qualquer observador que tenha um mínimo de perspicácia: existe um número relativamente elevado de crianças em relação às regiões habitadas por famílias de renda média e alta. Assim acontece, seja nas favelas das grandes metrópoles, seja nas áreas suburbanas de pequenas e médias cidades. Tal fato, que é nitidamente corroborado pelas estatísticas oficiais acerca das taxas de natalidade, implica duas ordens de questionamento: quais as causas que levam as pessoas de mais baixa renda a ter um número relativamente elevado de filhos? E, quais as consequências deste número elevado de crianças em famílias de baixa renda para o desenvolvimento econômico de uma dada sociedade?

O presente trabalho tem como objetivo principal responder a estas duas questões. Na busca por tais respostas, encontrou-se no pensamento institucionalista um ferramental de grande valia para se desvendar as relações de causalidade entre o comportamento reprodutivo dos indivíduos e a renda dos mesmos. Tal raciocínio pode ser estendido para uma dimensão mais ampla, incorporando as sociedades como unidade de análise e, assim procedendo, o problema passa a ser o entendimento de como as taxas de natalidade de uma dada sociedade influenciam e são influenciadas pelo nível de desenvolvimento econômico desta sociedade.

Visando atingir o objetivo delineado anteriormente, a análise que aqui se procede está estruturada em três capítulos. O primeiro deles busca revisitar o pensamento institucionalista desde os seus primórdios até as suas contribuições mais recentes, dando-se ênfase especial a dois autores em particular: Thorstein Veblen e Douglass North. A ênfase dada a esses autores decorre do fato que ambos tiveram preocupações distintas e, concernentes com estas preocupações, delinearam com maestria uma concepção de instituição que visava justificar suas proposições teóricas. Neste sentido, pode-se afirmar que Veblen estava preocupado em compreender os determinantes do comportamento individual e, para tanto, concebeu um indivíduo padrão, completamente diferente do indivíduo padrão dos economistas neoclássicos, o qual tinha seu comportamento moldado pelo ambiente institucional no qual estava inserido. Já North voltou seus esforços no sentido de compreender quais os motivos que

levam alguns países a atingir um nível elevado de desenvolvimento econômico enquanto outros não têm tanto êxito. Em síntese, o que North buscava era compreender quais os determinantes do desenvolvimento econômico. Sendo um dos fundadores da Nova Economia Institucionalista, North fundamentará muitas de suas concepções na idéia de custos de transação. Tal fato implicou a necessidade de se dedicar uma seção inteira do primeiro capítulo à explanação da temática dos custos de transação. A última seção do capítulo primeiro é dedicada à construção de um arcabouço teórico no qual se procura demonstrar a relação bicausal entre o nível de desenvolvimento econômico de uma dada sociedade e a magnitude de suas taxas de natalidade. Neste capítulo é definido de maneira precisa o que vem a ser comportamento reprodutivo, instituições e desenvolvimento econômico.

No segundo capítulo foca-se a análise na explicação de como o nível de desenvolvimento econômico de uma dada sociedade condiciona as taxas de natalidade desta sociedade. Neste sentido, inicia-se este capítulo buscando na literatura pertinente quais as concepções teóricas que procuraram explicar esta relação. Levantadas as teorias condizentes com o assunto, parte-se para a estruturação de uma teoria inédita, aqui chamada de *teoria da expectativa de acumulação*, a qual procura mostrar porque níveis baixos de desenvolvimento econômico estão associados a altas taxas de natalidade. Encerrando o capítulo procura-se mostrar como a teoria da expectativa de acumulação se adere às estatísticas disponíveis para o caso brasileiro.

No terceiro e último capítulo inverte-se a relação de causalidade e a análise se dá no sentido de explicar como as taxas de natalidade de uma dada sociedade condicionam o desenvolvimento econômico desta sociedade. Neste sentido procura-se mostrar qual o papel das taxas de natalidade no desenvolvimento econômico segundo cinco aspectos distintos. O primeiro refere-se ao efeito das taxas de natalidade no desenvolvimento econômico considerando o tamanho da população da sociedade em questão; o segundo trata da relação entre taxas de natalidade e desenvolvimento econômico levando-se em conta a taxa de crescimento populacional; o terceiro diz respeito ao papel das taxas de natalidade na distribuição etária da população; o quarto procura mostrar quais os efeitos na distribuição de renda de uma diferença nas taxas de natalidade segundo o padrão de

renda; por último, são feitas considerações de como as taxas de natalidade estão associadas com problemas ambientais e de segurança pública.

Por fim, a título de conclusão, são feitas algumas considerações que mostram como desenvolvimento econômico e taxas de natalidade estão intimamente interligados.

1 INSTITUCIONALISMO, NOVA ECONOMIA INSTITUCIONALISTA, E A ELABORAÇÃO DE UM MODELO TEÓRICO PARA A ANÁLISE DOS FENÔMENOS SOCIO ECONÔMICOS

1.1 Thorstein Veblen e os primórdios do institucionalismo

A abordagem institucionalista dos fenômenos econômicos traz em seu bojo um caráter de abrangência que pode ser apreendido pela própria noção de amplitude inerente à idéia de instituição. Comumente, as instituições são concebidas como restrições (condicionantes), formais ou informais, ao comportamento humano ou a um processo específico qualquer, sendo estas criadas pelos próprios indivíduos. Portanto, num espectro amplo, pode-se identificar como instituições: as leis, os costumes, as tradições, as crenças, os padrões tecnológicos, as organizações, os ditames socio-econômicos e tudo o mais que atua de modo a restringir o comportamento dos indivíduos ou um outro processo específico – o desenvolvimento econômico, por exemplo.

O caráter formal ou informal das instituições se manifesta na medida em que algumas instituições, como as leis por exemplo, são estabelecidas e consolidadas através de mecanismos formais como códigos civis, constituições etc. Outras, porém, como os costumes de uma sociedade, não se encontram elencadas em nenhum documento específico tendo lugar apenas no imaginário dos indivíduos. Estas últimas são concebidas como instituições informais enquanto as primeiras são tidas como instituições formais.

As origens da abordagem institucionalista dos fenômenos econômicos são associadas à Thorstein Veblen, eminente pensador americano de origem norueguesa. Referindo-se aos aspectos cronológicos da abordagem institucionalista, Gruchy argumenta que:

“Although there has been some overlapping of generations of institutionalists, one can discern three well-defined periods in the development of institutional economic thought. The first period is associated with Thorstein Veblen’s work, which was done in the years 1890-1925. The second period includes institutionalists such as Wesley C. Mitchell, John R. Commons, and John M. Clark who came after Veblen and worked during the years 1925-1939. The third or current period is that of present-day institutionalists such as John K. Galbraith, Clarence E. Acheson, and Gunnar Myrdal whose contributions to institutional economics have been made primarily since 1939. (GRUCHY, 1977, p.11)

A perspectiva institucionalista surge num momento em que o sistema capitalista passa por profundas transformações na esfera acumulativa. Em fins do século XIX e início do século XX o processo de acumulação institucionaliza-se na grande corporação. Tal fato tornou latente as transformações estruturais (ou institucionais) pelas quais passam os sistemas econômicos, inclusive o capitalismo, ensejando uma interpretação predominantemente institucionalista (estrutural) do mesmo.

O arcabouço teórico elaborado por Veblen e seus discípulos posteriormente recebeu a denominação de “velho institucionalismo” e assim o será referido no restante deste trabalho. O velho institucionalismo, principalmente na sua vertente associada com autores como Mitchell, Commons, Galbraith e Acheson, tem uma orientação voltada para a discussão dos problemas relacionados com as transformações tecnológicas e o papel das grandes corporações, ambas tomadas como instituições do capitalismo do século XX. Tais autores não serão aqui abordados dado o baixo grau de pertinência dos seus escritos com a temática discutida neste trabalho. Assim sendo, dos velhos institucionalistas, somente as obras de Veblen serão abordadas, e, mesmo assim, de forma parcial. Logo, dos escritos de Veblen, procura-se “decantar” duas proposições teóricas de grande valia para os propósitos do presente trabalho e que estão intimamente relacionadas: as noções veblenianas de indivíduo e de instituições e o papel das últimas na determinação do comportamento individual.

Uma particularidade interessante da análise vebleniana dos fenômenos socio-econômicos diz respeito à metodologia empregada por ele. Veblen utilizava-se de

generalizações etnológicas para fundamentar as suas proposições teóricas, ou seja, comparando diferentes culturas, no tempo e no espaço, ele fornecia os fundamentos para suas especulações. Neste sentido, Tavares de Almeida sugere que:

“A obra mais conhecida de Thorstein Veblen não é propriamente um trabalho de teoria ou análise econômica. A Teoria da Classe Ociosa deve mais à História, à Antropologia e, sobretudo, às abordagens evolucionistas dos processos sociais, tão em voga no século passado, do que à Ciência Econômica.” (TAVARES DE ALMEIDA, 1983, p. 14)

O próprio Veblen apontava a generalização etnológica como um procedimento metodológico do qual ele se utilizava. Quanto a isso ele escreve:

“Em alguns pontos a discussão se processa em bases de teoria econômica ou de generalização etnológica que em certo grau bem podem ainda ser desconhecidas.” (VEBLEN, 1983, p.3)

Outra característica marcante do pensamento vebleniano, e que de certa forma está associada com a primeira, constitui-se na maneira pela qual Veblen busca e utiliza os dados pertinentes à sua análise. Na estruturação de seus argumentos ele dá preferência por dados retirados da vida cotidiana, mediante um processo de observação direta. Referindo-se a isso argumenta ele:

“Parte em virtude de conveniência, parte porque há menos ocasiões de apreender mal o sentido dos fenômenos familiares a todos nós, os dados empregados para ilustrar ou acentuar o argumento foram de preferência tirados da vida diária, mediante observação direta ou notoriedade patente, antes que de fontes secundárias mais recônditas. Nutrimos a esperança de que ninguém se ofenda em seu senso literário ou em sua capacidade científica por esse nosso recurso a fatos familiares, ou pelo que às vezes poderá parecer uma empedernida liberdade no trato dos fenômenos vulgares ou de fenômenos cuja íntima situação na vida dos homens às vezes os subtrai ao impacto da discussão econômica.” (VEBLEN, 1983, p. 3)

No que concerne à noção vebleniana de indivíduo, depreende-se que esta contrasta brutalmente com a concepção de indivíduo presente na teoria neoclássica. Neste sentido argumenta Hunt:

“A crítica fundamental de Veblen à economia neoclássica (ele reconhecia claramente, na economia neoclássica, um mero desenvolvimento do utilitarismo, de Bentham) era que ela encarava de maneira nitidamente não histórica e simplista a natureza humana e as instituições sociais. Tentando explicar tudo em termos de comportamento racional, egoísta e maximizador, a economia neoclássica nada explicava. No cerne do fracasso da economia neoclássica estava a sua concepção da natureza humana.”
(HUNT, 1982, p. 349)

Para Veblen, contrariamente à teoria neoclássica, os indivíduos constituíam-se de traços comuns e antagônicos, presentes em todas as épocas, e que se manifestam de maneira diversa conforme o contexto em que se inserem. Referindo-se à concepção vebleniana de indivíduo Hunt sugere que:

“A História humana era para Veblen, a história da evolução das instituições sociais. A conduta humana baseava-se em certos padrões discerníveis comuns a todas as épocas da História. Estes padrões comuns eram, porém, muito gerais e se expressavam concretamente de formas extraordinariamente diversas, em contextos históricos, sociais e institucionais diferentes. Em muitos de seus trabalhos, Veblen referiu-se a estes padrões comuns de comportamento humano como instintos.

É difícil resumir as idéias de Veblen sobre traços humanos comuns porque sua própria classificação e a terminologia empregada eram diferentes em seus vários escritos. Uma característica central destes traços, porém, se evidencia claramente em todos os seus escritos: todos os traços básicos implícitos no comportamento humano estavam inter-relacionados numa dicotomia fundamental e antagônica, que existia, de alguma forma, em quase todas as sociedades. Todos estes traços podiam ser classificados em dois grupos em eterno conflito. Bem no centro de um dos grupos estava a noção de “instinto

de construção”. Bem no centro do outro grupo estava sua noção de “instinto de exploração” ou “instinto predatório”.

A antítese destes dois conjuntos de traços comportamentais e as instituições sociais através das quais eles se manifestavam eram o ponto central da teoria de Veblen. Ele estava interessado, principalmente, em analisar o sistema capitalista de sua época no contexto desta teoria social. (HUNT, 1982, p.347)

Portanto, pode-se apreender das citações acima que o indivíduo vebleniano é um ser dicotômico, polarizado, no qual convivem instintos construtivos e instintos predatórios, os quais se manifestavam em maior ou menor intensidade, dependendo da “trama de instituições” - usando a própria terminologia de Veblen - na qual o indivíduo está inserido.

Embora utilizasse constantemente o termo instituições, Veblen não propugna ao mesmo uma definição clara e direta. Ele encarava as instituições como algo facilmente percebível, mas dificilmente conceituável. Em uma breve analogia, as instituições representam para as Ciências Sociais um papel semelhante ao que a energia representa na Física: uma idéia amplamente utilizada, mas precariamente conceituada.

Em termos gerais, os velhos institucionalistas associavam as instituições com qualquer padrão organizado de comportamento coletivo. Com referência a isto assinala Tavares de Almeida:

“Por instituição entendiam qualquer padrão organizado de comportamento coletivo, constitutivo do universo cultural. Essa noção de instituição incluía, pois, não só organizações criadas com fins específicos, como a escola, as prisões, os bancos a família etc., mas todo um conjunto de usos e costumes, leis e códigos de conduta, modos de pensar e de agir culturalmente sacramentados. As instituições econômicas tal como o monopólio, o crédito, as relações entre empresas e empregados, as leis sociais, o sistema previdenciário, os padrões de distribuição de renda, constituíam o principal alvo de interesse dos institucionalistas.”(TAVARES DE ALMEIDA, 1983, p. 9)

No que tange ao papel das instituições na determinação do comportamento individual, o pensamento de Veblen enseja algumas controvérsias. Alguns autores, como Hunt, assumem uma posição na qual o pensamento vebleniano é encarado como tendo um caráter misto, caracterizado por uma certa indeterminação que impossibilita definir quem tem posição hegemônica, instituições ou traços comuns, na definição do comportamento humano. Segundo Hunt:

“Veblen ficou, portanto, a meio caminho entre os teóricos da tradição da utilidade, que viam os seres humanos em todas as situações históricas como essencialmente idênticos (quer dizer, como maximizadores da utilidade, calculistas e racionais), e os teóricos (inclusive alguns discípulos de Marx, mas não o próprio Marx) que viam os seres humanos como não tendo natureza alguma, sendo infinitamente maleáveis, transformando-se total e absolutamente em produto do contexto cultural e dos contextos institucionais específicos. Na opinião de Veblen, todos os seres humanos tinham, como qualquer espécie animal, certas características, motivos, propensões e potencialidades comuns, geneticamente herdadas, independentemente da cultura ou da época histórica em que vivêssem.” (*HUNT, 1982, p.348*).

Por outro lado, autores como Bueno, enxergam no pensamento vebleniano uma clara definição de quem tem o papel hegemônico na definição do comportamento humano. Para ele:

“Os autores denominados de “antigos” institucionalistas, como Veblen, Commons e Mitchell, embora houvesse muita divergência entre eles a respeito de detalhes específicos, acreditavam que essas normas não podiam ser compreendidas como sendo resultantes apenas da ação de indivíduos buscando alcançar objetivos pessoais. A razão é que os objetivos individuais, eles próprios, são moldados por outros fatores, como a evolução tecnológica, as formas de comportamento coletivo preexistentes e a ação de organizações como as grandes empresas; isto é, as preferências individuais são moldadas pelas instituições sociais pré-existentes. Assim, segundo esses autores, para compreender o processo de formação de instituições temos que empregar como unidade de análise as próprias instituições e não um indivíduo de natureza supostamente imutável no tempo histórico, que constrói regimes

políticos, formas padronizadas de trocar bens e normas sociais e culturais – isto é instituições – para atender objetivos pessoais.” (BUENO, 2004 p. 363)

Ao que tudo indica, principalmente quando se concentra a análise na obra *A Teoria da Classe Ociosa: um Estudo Econômico das Instituições*, é que a posição de Bueno é mais coerente com o pensamento de Veblen. Este último, ao se referir à relação entre instituições e natureza humana hereditária aproxima-se bastante do ponto de vista descrito por Bueno. Nas palavras do próprio Veblen:

“Na vida econômica, como em outras áreas da conduta humana, os modos habituais de atividade e as relações apareceram e foram, por convenção, transformados em uma trama de instituições. Essas instituições. têm uma força prescritiva habitual que lhes é própria ... Se o contrário fosse verdade, se os homens agissem, universalmente, não com base nos fundamentos e valores convencionais da trama de instituições, mas apenas e diretamente com base nos fundamentos e valores das propensões e aptidões não convencionais da natureza humana hereditária, não haveria instituições nem cultura. Mas a estrutura institucional da sociedade subsiste e os homens vivem dentro de seus limites.” (VEBLEN, 1983, p.143)

Esta concepção vebleniana da relação entre instituições e comportamento individual, associada com as contribuições de Douglass North, autor pertencente à NEI e que se propõe a elucidar o papel das instituições na trajetória econômica dos países, será de grande valia na estruturação do presente trabalho. Inspirando-se nelas será proposto e justificado um modelo teórico que objetiva relacionar o comportamento reprodutivo dos indivíduos e o grau de desenvolvimento econômico da sociedade em que se encontram.

1.2 A Nova Economia Institucionalista

Demarcar os contornos limítrofes de uma escola de pensamento econômico, identificando os seus vínculos e rupturas com outras escolas, constitui uma tarefa

complexa e bastante controversa, a qual não pode ser efetivada sem a adoção de uma certa dose de arbitrariedade. Com a Nova Economia Institucionalista, NEI, isto não é diferente.

Diversos autores, tais como Eirik Furubotn e Rudolf Richter (1998), sugerem que a Nova Economia Institucionalista constitui um desdobramento da escola neoclássica que se consolida na medida em que esta se propõe a incorporar a discussão relativa ao papel das instituições nos fenômenos econômicos. Embora a perspectiva adotada por estes autores, que vêem a NEI como descendente direta do pensamento neoclássico, ocupe posição dominante, existem opiniões controversas. Neste sentido, Dequeq (2001) identifica o paradigma da Nova Economia Institucionalista no velho institucionalismo, tal qual elaborado por Veblen e seus seguidores. Os argumentos que fundamentam a vinculação da NEI com o velho institucionalismo repousam em considerações, compartilhadas por autores de ambas as escolas, acerca da influência das instituições socio-culturais na determinação da racionalidade e dos padrões comportamentais dos indivíduos. Referindo-se à vinculação da NEI com outras escolas de pensamento, Dequeq argumenta que:

“Different strands can be identified in NIE, if the latter is defined broadly. Part of NIE has adopted a neoclassical approach and extended it to topics that used to lie outside the realm of neoclassical economics. It would be a mistake, however, to characterize NIE as a whole in this way. Other strands of NIE have developed views on those issues that point to a direction that is quite different from that of neoclassical economics. At least in some important regards, the identity of New Institutional Economics as something distinct from (an extended form of) neoclassical economics must be acknowledged. Some new institutionalists have essentially incorporated transaction costs and bounded rationality. Others have gone farther away from (even an extended form of) neoclassical economics and put forward views that are, in one sense or another, similar to those held by members of heterodox schools of economic thought such as Austrian economics, the old or original institutionalism, Post Keynesianism and neo-Schumpeterianism (DEQUEQ, 2001, p. 32)

Partindo de uma postura oposta à de Dequeq, Bueno (2004) sugere que a NEI é incompatível com o “velho institucionalismo” na medida em que a primeira busca a origem das instituições no comportamento humano, mais especificamente na premissa de um comportamento racional e maximizador, enquanto o último alega que as instituições só podem ter origem em outras instituições, pois são elas que, em última instância, moldam a racionalidade dos indivíduos. Neste sentido, Bueno afirma que:

“A premissa fundamental do novo institucionalismo, é exatamente oposta a do antigo institucionalismo, isto é, pressupõe ser possível explicar as instituições em termos de decisões tomadas por indivíduos racionais; nesse sentido adota como procedimento básico o individualismo metodológico”.
(BUENO, 2004, p. 363)

Não sendo o foco deste trabalho se prender em discussões acerca das controvérsias acerca das origens da NEI, cabe apenas ressaltar que a Nova Economia Institucionalista irá se caracterizar, embora de maneira não uniforme entre os seus expoentes, por privilegiar a adoção do individualismo metodológico na interpretação dos fenômenos econômicos em detrimento de uma postura interpretativa mais histórica. Tal postura analítica irá desembocar em duas vertentes de pensamento que constituem o cerne da NEI: a perspectiva dos custos de transação, que inclui autores como Coase, Williamson e North e a Teoria da Ação Coletiva, presente nos trabalhos de Olson Mancur e seus seguidores.¹

A perspectiva dos custos de transação tem sua origem em 1937 com a publicação da *Teoria da Firma* de Coase. Este autor, ao procurar a resposta de uma questão relativamente simples, qual seja, descobrir qual o objetivo da firma, propõe uma categoria analítica na abordagem dos fenômenos econômicos até então inédita: os custos de transação. Porém, o conceito de custos de transação em Coase se apresenta de

¹ No que tange à Teoria da Ação Coletiva, pode se afirmar que a principal preocupação que norteou os trabalhos nessa área foi a de identificar uma lógica na ação coletiva. Utilizando-se do ferramental pertinente à teoria dos jogos os autores associados a esta corrente procuraram mostrar porque, muitas vezes, o fato de uma situação ser desejável para os agentes envolvidos não garante que esta situação ideal irá prevalecer. A resposta encontrada para esta questão incorpora uma dimensão política na análise econômica. A Teoria da Ação Coletiva, devido à metodologia empregada e às questões que se propõe a responder, foge ao escopo deste trabalho e por isso não será tratada aqui em seus pormenores.

forma meio turva e pouco rigorosa. Coube a Williamson, a partir da década de 80, aperfeiçoar o conceito de custos de transação, traduzindo-o para uma linguagem de maior operacionalidade e aumentando as possibilidades de aplicação empírica do mesmo. Em seções posteriores mostrar-se-á como os custos de transação passam a ser incorporados à análise das instituições dentro de uma perspectiva micro-analítica, a qual procura estabelecer as interações entre os primeiros e as últimas.

Partindo de hipóteses iniciais bastante próximas das adotadas pelos autores citados no parágrafo anterior, Douglass North transfere a noção de instituições para o plano macro-analítico. Neste sentido, North centrou seus esforços na tentativa de entender os resultados agregados do comportamento dos indivíduos (estes traduzidos em instituições). Referindo-se ao trabalho de North, Bueno propõe que:

“Os trabalhos mais importantes nessa vertente foram os de Douglass North que recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1993. Uma de suas principais preocupações foi tentar mostrar que a perspectiva da NEI poderia ser útil para compreender porque as instituições de um país podem ser mais ou menos propícias ao desenvolvimento econômico. A resposta que North e seus seguidores vêm formulando para essa “questão fundamental” é extremamente rica em novos insights sobre o processo de desenvolvimento econômico para os países mais pobres. (BUENO, 2004, p. 365)

Na seção seguinte a perspectiva dos custos de transação é discutida de maneira detalhada. Pretende-se com esta discussão compreender como a abordagem dos custos de transação está vinculada com a temática das instituições no âmbito da NEI. Como ficará claro posteriormente, o entendimento das concepções teóricas northianas requer a compressão do conceito de custos de transação.

1.2.1 A abordagem dos custos de transação

Como já referido na parte introdutória deste trabalho, o objetivo do mesmo consiste em especular acerca da relação entre o nível de desenvolvimento econômico de uma dada sociedade e o teor das suas taxas de natalidade. O estudo de tal relação, como ficará claro ao longo deste texto, se mostra bastante propício à adoção de uma abordagem institucionalista, ou seja, uma abordagem na qual as instituições, estas entendidas como elemento condicionador, tanto do comportamento individual como dos fenômenos macroeconômicos, são tomadas como elementos-chave dos fenômenos analisados. Dentro deste contexto, o que se enseja nesta seção é construir um arcabouço geral que descreva como o paradigma dos custos de transação está ligado à abordagem institucionalista no âmbito da NEI. Tal arcabouço será de grande valia na compreensão da perspectiva teórica associada à Douglass North, a qual será tratada de maneira pormenorizada na seção seguinte dado o seu elevado grau de pertinência com os propósitos deste trabalho.

Neste sentido, a Figura 1.1 é bastante elucidativa no que concerne ao conceito de custos de transação e à sua relação com a abordagem institucionalista contida na NEI. A contemplação da mesma permite apreender o fluxo lógico de idéias que desemboca no conceito de custos de transação e na sua vinculação com o paradigma institucionalista dos fenômenos econômicos.

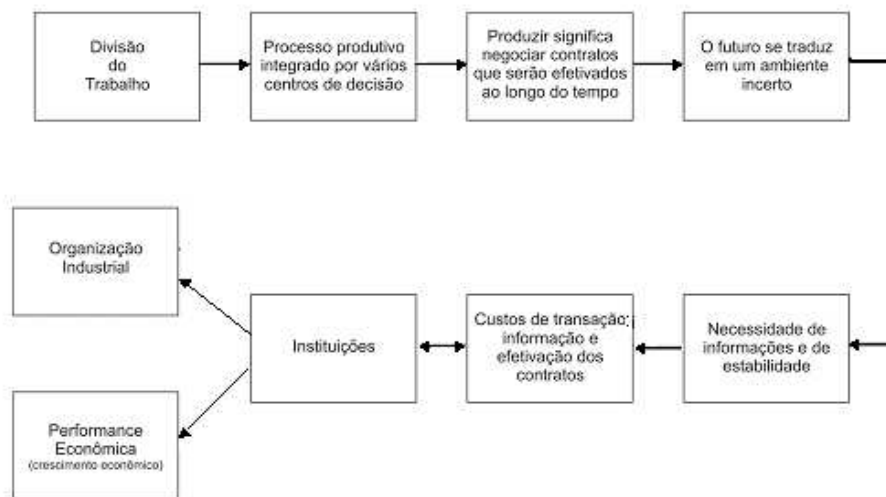


Figura 1.1: A lógica dos custos de transação

Fonte: Autor

Primeiramente, parte-se da constatação óbvia de que a produção de mercadorias no sistema capitalista está calcada na divisão do trabalho, divisão esta que ocorre tanto no interior de cada firma como entre firmas. Destarte, deduz-se então que o processo de produção de todas as mercadorias – ou pelo menos da esmagadora maioria das mesmas – está interligado em vários centros de decisão, cada um contribuindo de maneira parcial para a atividade produtiva. Portanto, em linhas gerais, produzir significa negociar contratos entre os vários centros de decisão e, como não poderia deixar de ser, estes contratos guardam uma dimensão temporal, na medida em que são efetivados ao longo do tempo. Ocorre porém, que o porvir, ou seja, o tempo futuro, está sujeito a uma infinidade de variáveis as quais não podem ser contempladas em sua totalidade no âmbito de um mero contrato entre partes. Surge então, na negociação dos contratos, a implicação de um futuro incerto e, junto com este, duas ordens de necessidades: a necessidade de informações quanto ao mesmo e a necessidade de se garantir que os contratos sejam cumpridos no horizonte temporal. É a partir destas necessidades, de informação e estabilidade, vigentes na elaboração e na negociação dos contratos, que surgem os custos de transação. Neste sentido a definição de custos de transação elaborada por Coase, pode ser dada como se segue:

“In order to carry out a market transaction it is necessary to discover who it is that one deals with, to inform people that one wishes to deal and on what

terms, conduct negotiations leading up to a bargain, to draw up a contract, to undertake the inspection needed to make sure that the terms of the contract are being observed, and so on.” (COASE, 1994, p. 16)

No entanto, uma definição mais clara e aprimorada de custos de transação é dada por Dietrich em sua obra *Transaction cost economics and beyond*:

“we can define transaction costs in terms of three factors: search and information costs, bargaining and decision costs, and policing and enforcement costs. If attention is restricted to firms, rather than final consumers, these factors can be recast in terms of the management costs associated with the construction and enforcement contracts”. (DIETRICH, 1994, p. 33)

Esclarecido o que vem a ser custos de transação, resta agora elucidar qual o vínculo entre custos de transação e instituições e qual o papel destas últimas na análise dos fenômenos sócio econômicos.

Segundo os autores circunscritos na NEI, as instituições evoluem de forma a reduzir os custos de transação. Neste sentido sugere Dietrich:

“the basic principle underlying transaction costs economics is that economic institutions will develop to economise on transaction costs”(DIETRICH, 1994, p. 21)

Por esta ótica de abordagem pode-se inferir uma relação de causalidade na qual a incidência de custos de transação dá origem a instituições coerentes com a minimização dos mesmos. É fundamentando nesta hipótese básica que se erguem as teorias de Organização Industrial concebidas a partir da concepção de custos de transação. Tais teorias, dado o seu baixo grau de pertinência com os propósitos deste trabalho, não serão aqui discutidas.

De forma alternativa, porém, a configuração e magnitude dos custos de transação podem ser vistas como oriundas das instituições vigentes. Neste caso o sentido de causalidade se inverte e as instituições tornam-se as variáveis determinantes

dos custos de transação. Segundo esta perspectiva de análise, da qual North é sem dúvida o maior expoente, a performance econômica dos países pode ser avaliada a partir do ambiente institucional vigente (sistema tributário, aparato legal, códigos de conduta, aspectos culturais etc). O aparato teórico de Douglass North será abordado com mais detalhes na seção seguinte, pois se trata de uma das fundamentações teóricas mais importantes deste trabalho. Por ora, busca-se elucidar a relação entre custos de transação e instituições através de duas abstrações bastante simples: a produção de duas mercadorias diferentes dentro de um mesmo país e a produção da mesma mercadoria em países diferentes.

Para ilustrar o primeiro caso, considere a produção de duas mercadorias diferentes: balas e automóveis. Suponha que a produção de balas requeira apenas três insumos básicos: açúcar, corante e mão-de-obra não qualificada. Já a produção de automóveis requer como insumos: componentes mecânicos, componentes elétricos e mão-de-obra qualificada. Suponha também que açúcar, corante e mão de obra não qualificada são artigos abundantes, produzidos por um grande número de firmas e cuja disponibilidade não constitui um problema em si. Por seu turno, os componentes elétricos e mecânicos, bem como a mão de obra qualificada, são insumos escassos e específicos, e a falta de qualquer um deles implica a interrupção da atividade produtiva de automóveis. Partindo destas constatações básicas torna-se evidente que os custos envolvidos na transação dos insumos necessários à fabricação de balas diferem significativamente dos custos envolvidos com a fabricação de automóveis. A pergunta a ser respondida torna-se então: como esta diferença nos custos de transação entre os insumos requeridos para a fabricação de balas e automóveis irá determinar o modo pelo qual estas indústrias se organizam? Ou seja, poderiam os custos de transação serem tomados como elemento-chave na explicação dos diferentes arranjos organizacionais (institucionais)? A resposta a esta indagação, pelo menos no âmbito desta abstração, parece bastante simples. Certamente a indústria produtora de balas irá se organizar de modo diverso da indústria de automóveis. A primeira não terá motivos para se preocupar com a escassez de insumos e o processo para a aquisição dos mesmos tenderá a ocorrer via mercado – ou seja não se requer a instauração de contratos complexos. Já o processo produtivo de automóveis necessita de uma coordenação mais centralizada,

dada a baixa disponibilidade de insumos, e tenderá a ser efetuado de maneira verticalizada, ou seja, através de contratos complexos que garantam a oferta ininterrupta de insumos, ou em casos extremos, dentro de uma única firma que produz além do produto final, todos os insumos que este requer. Este exemplo simples ilustra como os custos de transação influem na configuração das organizações (instuições).

Considere agora o segundo caso: dois países diferentes, portanto dois ambientes institucionais diferentes, produzindo a mesma mercadoria (automóveis, por exemplo). No caso em questão o ambiente institucional de cada país será simplificado em apenas três aspectos: nível de qualificação da mão de obra existente, sistema jurídico de garantia dos direitos de propriedade e sistema tributário. Suponha que no país A exista abundância de mão de obra qualificada, um sistema eficaz de garantia dos direitos de propriedade e um sistema tributário simples e eficiente. Já no país B a mão de obra tem baixa qualificação, a garantia dos direitos de propriedade é precária e o sistema tributário é complexo e ineficiente. Neste caso, as perguntas a serem respondidas são: terão os dois países o mesmo êxito na produção de automóveis? Até que ponto as instituições vigentes contribuem para a diferença de performance entre estes dois países?

Parece evidente que o país A terá maior sucesso na produção de automóveis do que o país B. No país A, a abundância de mão de obra qualificada (um dos requisitos para a produção de automóveis), a garantia de respeito aos direitos de propriedade (estimulando a pesquisa e a inovação tecnológica) e a vigência de um sistema tributário simples (facilitando os investimentos) irão atuar de maneira conjunta de modo a estimular e aprimorar a produção de automóveis. No país B, ao que tudo indica, a situação é inversa e, certamente, os automóveis produzidos aí serão mais caros e de qualidade inferior.

Conclui-se desta abstração simples que o ambiente institucional atua na configuração dos custos de produção e de transação e portanto na performance econômica relativa entre países. Tal constatação constitui-se no pano de fundo das concepções teóricas elaboradas por Douglass North, as quais serão abordadas de maneira mais detalhada na seção seguinte.

1.2.2 As concepções teóricas de Douglass North

O tratamento dado por North à problemática do desenvolvimento econômico trouxe alguns insights bastante inovadores no tratamento da temática, e que lhe valeram o Prêmio Nobel de Economia em 1993. O grande mérito do referido autor foi ter transferido a metodologia dos custos de transação para um plano macroeconômico e a partir daí elaborar um arcabouço teórico que viesse a relacionar o ambiente institucional com a performance econômica dos países. Analisando os objetivos da obra de North, Macedo afirma que:

“Douglass North, um dos principais responsáveis pelo programa de pesquisa associado à Nova Economia Institucionalista (daqui por diante, NEI), ao seu livro *Institutions, institutional change and economic performance*, de 1990, em que ele se propõe construir um aparato teórico e analítico que lhe permita explicar porque alguns países se desenvolveram e outros não – e daí inferir aspectos normativos para os países não desenvolvidos”. (MACEDO, 2000, p.1)

À primeira vista, as proposições teóricas de North parecem bastante similares aos pressupostos dos autores cepalinos da metade do século XX, principalmente no que concerne ao reconhecimento de elementos estruturais na determinação da trajetória econômica dos países. Porém, o próprio North enxerga na escola cepalina um adversário explícito, na medida em que esta escola procura os determinantes do desenvolvimento das economias latino americanas em fatores externos e não internos. Assim, nas palavras do próprio North:

“both the writings of the Economic Commission for Latin America (ECLA) and dependency theory explain the poor performance of Latin America economies on the basis of the international terms of trade with industrial countries and other conditions external to those economies. Such explanation not rationalizes the structure of Latin America economies, but also contains policy implications that would reinforce the existing institutional framework.” (NORTH, 1990, p. 99-100)

Diferentemente dos autores cepalinos, o arcabouço teórico elaborado por North acerca da relação entre elementos estruturais (institucionais) e o processo de desenvolvimento econômico das nações, está calcado em quatro premissas básicas: individualismo metodológico; instituições como constraints (restrições); visão teleológica/genética das instituições; instituições determinam o crescimento econômico, este visto como sinônimo de desenvolvimento. Nos parágrafos que se seguem procura-se discorrer sobre cada uma destas premissas e, a partir de uma integração lógica das mesmas, construir uma visão sintética das concepções northianas no que diz respeito ao desenvolvimento econômico.

Primeiramente, deve-se reconhecer o pensamento de Douglass North como tendo raízes profundas nos pressupostos teóricos neoclássicos. Neste sentido, North, assim como os economistas neoclássicos, acata o individualismo metodológico como hipótese básica de suas concepções teóricas. O individualismo metodológico pressupõe que o comportamento humano pode ser “estilizado” por um indivíduo padrão (o *Homo economicus*) que busca maximizar uma determinada função objetivo (mais precisamente, a sua função utilidade). Ao se transferir o individualismo metodológico para uma dimensão macro, supõe-se que as sociedades, assim como os indivíduos, também possuem uma função objetivo a qual elas buscam maximizar. A agregação de preferências, requisito básico para a construção da função objetivo de uma determinada sociedade, embora seja um tema bastante controverso, é negligenciado na obra de North. O referido autor não adentra nestas controvérsias, e simplesmente adota a posição teórica de que o crescimento econômico constitui a função objetivo a ser maximizada por toda e qualquer sociedade.

Porém, ao se referir ao comportamento individual, North ressalta a existência de algumas controvérsias entre as suas concepções e as formulações teóricas dos autores neoclássicos. Argumenta ele que a racionalidade presente no paradigma neoclássico está calcada na hipótese de inexistência de custos de transação na medida em que acata os pressupostos da informação perfeita e garantia de execução dos contratos – nas palavras do próprio North, garantia de respeito aos direitos de propriedade. Entretanto, como os custos de transação constituem uma realidade irrefutável, a racionalidade neoclássica

deve ser rearranjada de modo a incorporar os custos de transação e o papel das instituições na definição dos mesmos. A este respeito North propõe que:

“Now in the traditional neoclassical paradigm, with perfect information (i.e., zero transaction costs), the value of the asset that is transferred assumes not only perfect information but perfectly secure property rights as well. In the case, because both buyer and seller have been able to ascertain costlessly the value of all the attributes (both physical and property rights) and there is no uncertainty or insecurity of property rights, the standard supply and demand models of housing with zero transaction costs would define the value of the asset. In fact, because all of the above mentioned attributes influence the value to the buyer and seller, the smaller the discount from idealized neoclassical model, the more perfect the market. Institutions in the aggregate define and determine the size of the discount, and transaction costs that the buyer and seller incur reflect the institutional framework.”(NORTH, 1990, p. 62)

Em linhas gerais, North identifica dois postulados quanto à racionalidade dos indivíduos: um referente à racionalidade instrumental e outro à racionalidade procedimental. Neste sentido afirma ele:

“The instrumental rationality postulate of neoclassical theory assumes that the actors possess information necessary to evaluate correctly the alternatives and in consequence make choices that will achieve the desired ends. In fact, such a postulate has implicitly assumed the existence of a particular set of institutions and information. If institutions play a purely passive role so that they do not constrain the choices of the actors and the actors are in possession of information necessary to make correct choices, then the instrumental rationality postulate is the correct building block. If, on the other hand, the actors are incompletely informed, devise subjective models as guides to choices, and can only very imperfectly correct their models with information feedback, then a procedural rationality postulate is the essential building block to theorizing.” (NORTH, 1990, p. 108)

No que tange à idéia do que venha a ser instituição, North tem uma posição bastante clara e precisa: ele encara as instituições como constraints (restrições). Neste sentido, argumenta ele:

“Institutions are the rules of the game in a society, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic. Institutional change shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change” (*NORTH, 1990, p. 30*).

Portanto, para North as instituições são tomadas como as regras do jogo contruídas pelos próprios seres humanos. Elas têm o papel de condicionar o comportamento dos indivíduos em suas decisões, oferecendo uma certa estabilidade na interação entre os mesmos. Destarte, ele prossegue:

“Institutions reduce uncertainty by providing a structure to everyday life. They are a guide to human interaction, so what when we wish to greet friends, drive an automobile, buy oranges, borrow money, form a business, bury our dead, or whatever, we know (or can learn easily) how to perform these tasks. We would readily observe that institutions differ if we were to try to make the same transactions in different country – Bangladesh for example. In the jargon of the economist, institutions define and limit the set of choices of individuals.

Institution include any form of constraint that human beings devise to shape human interaction(...). Institutional constraints include both what individuals are prohibited from doing and, sometimes, under what conditions some individuals are permitted to undertake certain activities. (*NORTH, 1990, p.3-4*)

Esta concepção de instituições, na medida em que as encara como determinantes do comportamento humano, faz das mesmas um fator crucial na compreensão da trajetória econômica das sociedades. Entretanto, como o próprio North reconhece, a mensuração das instituições é algo bastante complexo, na medida em que estas são

meros constructos da mente humana, ou seja, abstrações teóricas. Neste quesito, afirma North:

“We cannot see, feel, touch, or even measure institutions; they are constructs of the human mind. But even the most convinced neoclassical economists admit their existence and typically make them parameters (implicitly or explicitly) in their models.” (*NORTH, 1990, p. 107*)

Deve-se sublinhar também, que North, contrariamente a Veblen, sugere uma distinção clara entre instituições e organizações. Para ele as instituições se consubstanciam nas regras do jogo, enquanto as organizações correspondem aos próprios jogadores. Nesse sentido, argumenta que:

“A crucial distinction in this study is made between institutions and organizations. Like institutions, organizations provide a structure to human interaction. Indeed when we examine the costs that arise as a consequence of institutional framework we see they are a result not only of the institutional framework, but also of the organizations that have developed in consequence of that framework. Conceptually, what must be clearly differentiated are the rules from the players. The purpose of the rules is to define the way the game is played. But the objective of the team within that set of rules is to win the game – by a combination of skills, strategy, and coordination; by fair means sometimes by foul means. Modeling the strategies and the skills of the team as it develops is a separate process from modeling the creation, evolution and consequences of the rules

Organizations include political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers). They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives.” (*NORTH, 1990, p. 4-5*)

Portanto, o que se depreende da citação supra citada é que, para North, as instituições têm uma conceituação bastante restrita quando comparada com a noção de instituições proposta por Veblen. Tal limitação visa compatibilizar o conceito de

instituições com o paradigma dos custos de transação. É a partir desta compatibilização que North fundamentará suas especulações acerca do processo de desenvolvimento econômico. A este respeito North afirma que:

“My theory of institutions is constructed from a theory of human behavior combined with a theory of the costs of transacting. When we combine them we can understand why institutions exist and what role they play in the functioning of societies. If we add a theory of production we can then analyze the role of institutions in the performance of economies” (*NORTH, 1990, p. 27*)

E mais adiante ele prossegue:

“Institutions structure economic exchange in an enormous variety of forms that do, however, fall into general types that are consistent with the transactions cost model of exchange (...)

Institutions provide the structure for exchange that (together with the technology employed) determines the cost of transacting and the cost of transformation. How well institutions solve the problems of coordination and productions is determined by the motivation of the players (their utility function), the complexity of the environment, and the ability of the players decipher and order the environment (measurement and enforcement).” (*NORTH, 1990, p. 34*)

Mas como surgem e evoluem as instituições? Por que elas divergem tanto entre as nações? A resposta dada por North a estas questões é um tanto quanto ambígua² e, neste ponto, o pensamento de North torna-se meio tortuoso. O próprio North reconhece a dificuldade de se estudar o processo de evolução das instituições. Ao discutir como surgem as instituições North argumenta que as mesmas têm um caráter teleológico (funcional ou finalístico). Ou seja, North propõe que as instituições – pelo menos na sua dimensão econômica – surgem e evoluem de modo a reduzir os custos de transação³. Destarte argumenta ele:

² A este respeito ver Macedo (2000)

³ Vide discussão acerca dos custos de transação na sessão anterior

“The costliness of information is the key to the costs of transacting, which consist of the costs of measuring the valuable attributes of what is being exchanged and the costs of protecting rights and policing and enforcing agreements. These measurement and enforcement costs are the sources of social, political, and economic institutions.”(*NORTH, 1990, p. 27*).

Um ambiente institucional que reduz os custos de transação, na medida em que favorece o aumento da eficiência econômica e os ganhos de bem estar de toda e qualquer sociedade, deveria surgir como um movimento espontâneo dentro da própria sociedade. Em se tratando desta visão northiana, Macedo esclarece:

“Segundo nosso autor (North), portanto as instituições evoluíram (ou deveriam ter evoluído) para aumentar a eficiência das trocas, e assim prover um maior desenvolvimento das diversas sociedades nacionais. Ou nos termos que interessa aqui ressaltar: o móvel da história, para North, como de resto para os economistas neoclássicos e outros adeptos do mainstream, é o aumento da eficiência econômica.” (*MACEDO, 2002, p. 354*)

Porém, se um ambiente institucional que promova a minimização dos custos de transação é algo benéfico para toda e qualquer sociedade porque a diferença entre as nações? Neste ponto o ambiguidade do pensamento de North se resalta. Agora ele propõe um caráter de dependência do passado (path dependence) na evolução das instituições e uma nova categoria de eficiência: a eficiência adaptativa. Nas palavras do próprio North:

“The systematic investment in skills and knowledge and their application to an economy suggests a dynamic evolution of that economy that entails a specific set of institutional characteristics. A description of these characteristics requires us to think of the issues of efficiency in a context different than straightforward allocative efficiency. In allocative efficiency, the standard neoclassical Pareto conditions obtain. Adaptative efficiency, on

the other hand, is concerned with the kinds of rules that shape the way an economy evolves through time. It is also concerned with the willingness of a society to acquire knowledge and learning, to induce innovation, to undertake risk and creative activity of all sorts, as well as to resolve problems and bottlenecks of the society through time.

Path dependence comes from the increasing returns mechanisms that reinforce the direction once a given path. Alterations in the path come from unanticipated consequences of choices, external effects, and sometimes forces exogenous to the analytical framework. Reversal of paths (from stagnation to growth or vice versa) may come from the above described sources of path alteration, but will typically occur through changes in the polity (*NORTH, 1990, p. 80-120*).

Portanto, no pensamento de North emerge uma certa confusão quanto ao caráter teleológico/genético das instituições. Esta confusão porém, não desqualifica a integridade de suas proposições, mas apenas dá margem a controvérsias e pesquisas futuras.

Em se tratando de sua aceção acerca do que venha a ser desenvolvimento econômico, North não deixa margem para dúvidas. Para ele desenvolvimento econômico é sinônimo de crescimento econômico, ou em outros termos, aumento da renda per capita. E no desenrolar de suas idéias fica claro que a melhor maneira de se atingir um crescimento sustentado é adotando os pressupostos liberais (ou neoliberais). Destarte, argumenta ele:

“Obviously, competition, decentralized decision making, and well-specified contracts of property rights as well as bankruptcy laws are crucial to effective organization

(...) the inability of societies to develop effective, low cost enforcement of contracts is the most important source of both historical stagnation and contemporary underdevelopment in the Third World (*NORTH, 1990, p. 54-81*).

Quanto ao papel das instituições na performance econômica das nações, North propõe que o ambiente institucional é a chave para se compreender o sucesso ou fracasso das economias, tanto em termos temporais, quanto espaciais. Neste sentido argumenta ele:

“Therefore, the market overall is a mixed bag of institutions; some increase efficiency and some decrease efficiency. Nevertheless, contrasting the institutional framework in countries such as the United States, England, France, Germany, and Japan with Third World countries or those in the historical past in advanced industrial countries makes clear that institutional framework is the critical key to the relative success of economies, both cross-sectionally as well as through time. (North, 1990, pag 69)

“Third World countries are poor because the institutional constraints define a set of payoffs to political/economic activity that do not encourage productive activity. Socialist economies are just beginning to appreciate that the underlying institutional framework is the source of their current poor performance and are attempting to grapple with ways to restructure the institutional framework to redirect incentives that in turn will direct organizations along productivity-increasing paths. And as for the first world, we not only need appreciate the importance of an overall institutional framework that has been responsible for the growth of the economy, but to be self-conscious about the consequences of the ongoing marginal changes that are continually occurring – not only on overall performance but also on specific sectors or the economy.” (NORTH, 1990, p. 110-111)

Em face do que foi exposto anteriormente pode-se sintetizar o arcabouço teórico elaborado por Douglass North como se segue. Primeiramente admite-se que as sociedades têm uma função objetivo, o crescimento econômico, a qual elas buscam maximizar. Na busca desta maximização, entretanto, nem todas as sociedades (nações) são exitosas. Para que uma nação tenha uma boa performance econômica é necessário que ela possua um ambiente institucional que favoreça a minimização dos custos de transação e a eficiência alocativa. Porém, como as nações têm cada qual uma história peculiar, a trajetória passada (path dependence) de cada uma delas irá condicionar sua

capacidade de adaptação (eficiência adaptativa) determinando assim, a sua performance econômica futura.

Como mencionado anteriormente, a explanação do arcabouço teórico de Douglass North fez-se necessária devido ao fato que o presente trabalho utilizará algumas das concepções do referido autor na fundamentação de um modelo analítico que possa explicar como o comportamento reprodutivo dos indivíduos de uma dada sociedade se consubstancia em uma instituição que irá condicionar o desenvolvimento econômico desta sociedade. Neste quesito, as proposições teóricas desenvolvidas neste trabalho convergem para um posicionamento teórico próximo ao de North na medida em que identifica o ambiente institucional como elemento determinante do desenvolvimento econômico.

1.3 Proposta de um modelo teórico de análise dos fenômenos socio-econômicos

Como já mencionado anteriormente, o principal objetivo do presente trabalho constitui-se na análise da relação entre o desenvolvimento econômico de uma dada sociedade e o teor de suas taxas de natalidade. Tal relação guarda consigo um elemento de bicausalidade, ou seja, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico de uma nação condiciona suas taxas de natalidade e, em sentido inverso, a configuração das taxas de natalidade condiciona o desenvolvimento econômico de uma dada sociedade.

A análise da relação entre desenvolvimento econômico e taxas de natalidade, dado o seu caráter bicausal, mostra-se propícia à adoção da abordagem institucionalista dos fenômenos socio-econômicos, ao invés de uma abordagem puramente econométrica. Assim sendo, o objetivo desta seção consiste em construir um aparato teórico que permita elucidar a relação entre instituições e fenômenos comportamentais e econômicos. Neste sentido, serão consideradas duas dimensões analíticas: uma dimensão microanalítica, na qual se procura determinar o papel das instituições no comportamento individual – aproximando-se da abordagem vebleniana; e uma dimensão macroanalítica na qual se procura determinar qual a influência das instituições

nos fenômenos macroeconômicos, mais especificamente no processo de desenvolvimento econômico – tal como sugerido por North.

Dentro deste contexto, o aparato teórico a ser elaborado no âmbito desta seção fundamentará suas proposições em um mix que engloba tanto elementos da análise northiana quanto da vebleniana. Para tanto, algumas categorias analíticas presentes nas obras de North e Veblen serão rerepresentados, discutidos, confrontados e até mesmo ampliados no decorrer desta seção.

De maneira específica, são três as categorias analíticas a serem analisadas: as instituições, o comportamento reprodutivo e o desenvolvimento econômico. Definida de maneira precisa cada uma delas, procurar-se-á integrá-las em um sistema de análise tal como ilustrado pela Figura 1.2 . O sistema de análise assim definido visa explicar como o comportamento individual – mais especificamente o comportamento reprodutivo dos membros de uma dada sociedade – consubstanciando em uma instituição, afeta o desenvolvimento econômico desta sociedade e, de maneira complementar, como o desenvolvimento econômico de uma dada sociedade, também consubstanciado em uma instituição, afeta o comportamento reprodutivo dos membros desta sociedade. A seguir são discutidas cada uma das referidas categorias analíticas.

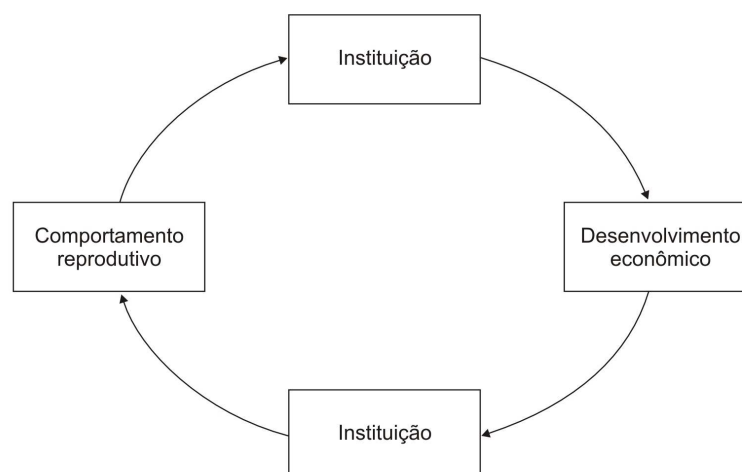


Fig.1.2: Diagrama esquemático da interação entre comportamento reprodutivo e desenvolvimento econômico

Fonte: Autor

1.3.1 Caracterizando instituições

A construção do referido aparato teórico requer, antes de mais nada, que se defina de maneira clara e precisa o que vem a ser instituições. Como já mencionado anteriormente, existe uma grande amplitude conceitual em torno do termo “instituições”. Neste sentido, conforme os objetivos do autor considerado, pode-se identificar posicionamentos teóricos bastante diversos quando se procura conceituar instituições.

Para North as instituições são definidas explicitamente como as regras do jogo – incluindo aí as regras formais como as leis, os códigos e as informais como a cultura os costumes etc. Tal posicionamento teórico encara as instituições de forma bastante restritiva – inclusive diferenciando instituições de organizações – e assim o faz com o objetivo explícito de incorporar o papel das instituições na explicação da performance econômica (desenvolvimento econômico) das nações dentro do paradigma dos custos de transação. Portanto, para North, interessa analisar uma relação de causalidade próxima da representada pela metade superior da Figura 1.2 e que pode ser apresentada como mostrado na Figura 1.3.

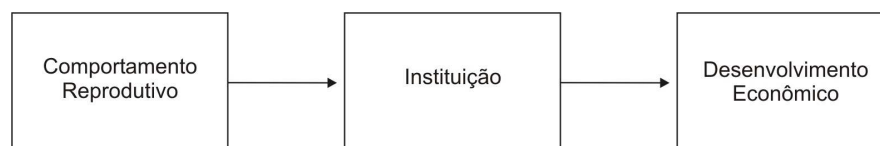


Fig. 1.3: Sentido de causalidade próximo da abordagem northiana

Fonte: Autor

De forma distinta, Veblen encara as instituições de forma mais abrangente – inclusive não distinguindo instituições de organizações – e assim o faz com o intuito de explicar o papel das instituições no comportamento dos indivíduos. Neste sentido, Veblen admite como instituições uma miríade de elementos tais como: os códigos de conduta, as leis, os costumes, o monopólio, o crédito, os padrões de distribuição de renda, o sistema previdenciário etc. Portanto, Veblen está interessado em uma análise

mais próxima da representada pela metade inferior da Figura 1.2 e que pode ser ilustrada como se segue:

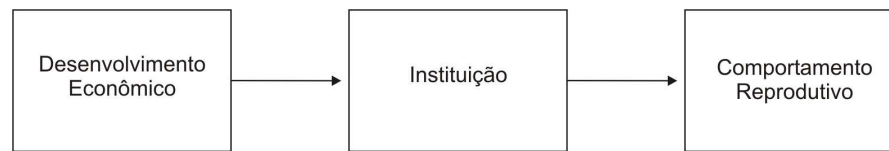


Fig. 1.4: Sentido de causalidade próximo da abordagem vebleniana

Fonte: Autor

Ao longo deste trabalho o termo instituição será referido para designar qualquer elemento que exerça uma função condicionadora (ou moduladora) no desenrolar de um processo. Para se compreender melhor esta colocação, considere uma analogia simples com a acústica. Na análise dos sons pode-se dispor de um instrumento denominado módulo, através do qual um ruído sonoro entra (sinal de entrada), interage com dispositivos eletrônicos, e sai com uma determinada configuração (sinal de saída). Assim sendo, conforme a regulagem do módulo (ou condicionador de sinais), o sinal de saída pode se apresentar mais grave, mais agudo ou em um estágio intermediário qualquer entre os dois. Tudo irá depender da regulagem do módulo e das características do sinal de entrada.

Voltando ao caso dos fenômenos econômicos e comportamentais pode-se admitir que as instituições atuam de forma semelhante ao módulo nos fenômenos acústicos. Para esclarecer esta colocação considere as duas situações distintas analisadas neste trabalho. Na primeira procura-se analisar o papel do comportamento reprodutivo no processo de desenvolvimento econômico, logo, o padrão de comportamento reprodutivo dos indivíduos é visto como um elemento condicionador (ou seja, uma instituição) atuante no processo de desenvolvimento econômico. Na segunda situação a ordem se inverte e o comportamento reprodutivo é visto como um processo sujeito ao elemento condicionador (instituição) representado pelo nível de desenvolvimento econômico.

Neste ponto, cabe ressaltar que a concepção de instituições proposta neste trabalho torna a identificação das mesmas extremamente dependente dos fenômenos de referência. Assim sendo, um determinado elemento pode ou não ser identificado como

uma instituição, dependendo da sua relação com o fenômeno de referência. Neste sentido, considera-se o padrão de comportamento reprodutivo dos indivíduos de uma dada sociedade uma instituição - um elemento condicionador - do fenômeno de referência representado pelo processo de desenvolvimento econômico. De forma alternativa, quando o comportamento reprodutivo dos indivíduos de uma dada sociedade passa a ser o fenômeno de referência, o nível de desenvolvimento econômico desta sociedade pode ser tomado como uma instituição (elemento condicionador) deste fenômeno.

A concepção de instituições assim delineada visa analisar a relação bicausal entre o desenvolvimento econômico e o comportamento reprodutivo. Logo, faz-se necessário que tanto o desenvolvimento econômico quanto o comportamento reprodutivo sejam analisados de maneira mais detalhada. Este constitui o objetivo do restante deste capítulo.

1.3.2 O desenvolvimento econômico

As obras de Thorstein Veblen não se ocupam em discutir de maneira específica a problemática do desenvolvimento econômico. Sua abordagem era preponderantemente sociológica e a preocupação central deste autor consistia em identificar as instituições presentes em determinada sociedade e como as mesmas influenciavam o comportamento dos indivíduos.

Por seu turno, North tinha uma preocupação explícita com a problemática do desenvolvimento econômico, para o qual ele utiliza o termo *performance econômica*, constituindo seu objetivo o entendimento dos determinantes do mesmo. Na concepção de North o desenvolvimento econômico pode ser identificado com o mero crescimento econômico, ou em outros termos, elevação da renda *per capita*. As questões distributivas, ou seja, a problemática da distribuição da renda ocupa um lugar secundário no pensamento northiano.

Dado esta limitação da concepção northiana de desenvolvimento econômico, propõe-se aqui uma concepção um pouco mais abrangente. Muito do que será proposto

deriva das idéias de Amarthia Sen⁴ acerca da temática do desenvolvimento. Em linhas gerais, Sen argumenta que o nível de desenvolvimento econômico de uma nação pode ser identificado com a expansão das liberdades que possibilitam que os indivíduos atuem na condição de agente. Neste quesito argumenta ele:

“A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento.” (SEN, 2000, p. 10)

Dando sequência ao seu pensamento, Sen sublinha o papel das liberdades de forma abrangente e inter-relacionada, expondo as conexões entre os vários tipos de liberdade. Neste sentido argumenta ele:

“O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania; carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória, ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente da negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida

⁴ A este respeito ver Sen (2000)

social, política e econômica da comunidade.(...) precisamos observar as relações empíricas relevantes, em particular as relações mutuamente reforçadoras entre liberdades de tipos diferentes. É devido a essas inter-relações que a condição de agente livre e sustentável emerge como motor fundamental do desenvolvimento.” (SEN, 2000, p. 18-19)

A perspectiva teórica adotada no presente trabalho, embora acate uma visão do desenvolvimento como liberdade, o faz de maneira mais restritiva. Tal restrição consiste em tratar apenas a dimensão econômico-material das liberdades – ou seja, a possibilidade de acesso a bens e serviços – na determinação do desenvolvimento econômico. Neste sentido, o desenvolvimento econômico pode ser expresso pelo grau de liberdade que os membros de uma dada sociedade têm – estes tomados em seu conjunto – de ter acesso aos frutos do processo social de produção.

Uma visão de desenvolvimento econômico assim constituída, permite que se caracterize o desenvolvimento econômico em termos de duas variáveis básicas: nível de renda *per capita* e grau de distribuição de renda.

A renda *per capita* de uma dada nação constitui-se em um parâmetro avaliativo do desenvolvimento econômico na medida em que, a priori, uma nação com alta renda per capita, em seu conjunto, é uma nação capaz de gerar um elevado montante de riqueza material (bens e serviços). Portanto, alta renda per capita significa elevada geração de riqueza, e como o desenvolvimento econômico está relacionado com a liberdade de acesso à riqueza material, quanto maior a quantidade de bens gerados maior é a probabilidade de que seus membros desfrutem dos mesmos. Ocorre porém, e na prática é isso que se vê em inúmeros países subdesenvolvidos, que a riqueza gerada por uma sociedade pode estar concentrada nas mãos de uns poucos indivíduos, enquanto a grande maioria é obrigada a compartilhar a pequena parcela da riqueza que resta. Aqui faz-se necessário a entrada do segundo parâmetro avaliativo do desenvolvimento econômico: o grau de distribuição de renda.

Ora, se o desenvolvimento econômico de uma nação deve ser avaliado segundo a liberdade de acesso dos habitantes desta nação à riqueza gerada, então uma sociedade na qual a renda está concentrada implica que uma grande parcela de seus membros terá

um acesso restrito à bens e serviços e, portanto, o desenvolvimento econômico desta nação estará inviabilizado. Concluindo, tem-se que a distribuição de renda é crucial na avaliação do desenvolvimento econômico de uma sociedade na medida em que oferece uma noção quantitativa dos indivíduos que realmente têm acesso (liberdade de desfrutar) à riqueza gerada.

Diante do que foi exposto anteriormente pode-se “traduzir” o desenvolvimento econômico em uma linguagem matemática e expressá-lo como uma função direta da renda per capita e do grau de distribuição desta renda. Matematicamente, tem-se que:

$$DE = f(R, I) = (1 + I_r) R/R_m = R/R_m + I_r(R/R_m)$$

Onde

DE = Desenvolvimento Econômico

R = Renda per capita

I_r = Índice de distribuição de renda⁵

R_m = Renda média em determinado ano base⁶

Tomando emprestado a metodologia utilizada na microeconomia para obtenção de curvas de indiferença (Teoria do Consumidor) e curvas de isoquanta (Teoria da Produção) pode-se, por analogia, construir curvas de isodesenvolvimento, ou seja, curvas que representam o mesmo nível de desenvolvimento econômico. Um conjunto de curvas de isodesenvolvimento pode ser plotado como se segue⁷:

⁵ O índice de distribuição de renda pode ser entendido como o inverso de um índice de concentração de renda. No caso específico deste trabalho o índice de concentração de renda utilizado é o índice de Gini e portanto $I = 1/\text{Gini}$.

⁶ A renda média utilizada neste trabalho corresponde à renda domiciliar média per capita em 1990 e é igual R\$276,83

⁷ Utilizando métodos econométricos adequados poderia se ajustar curvas coerentes com os dados disponíveis

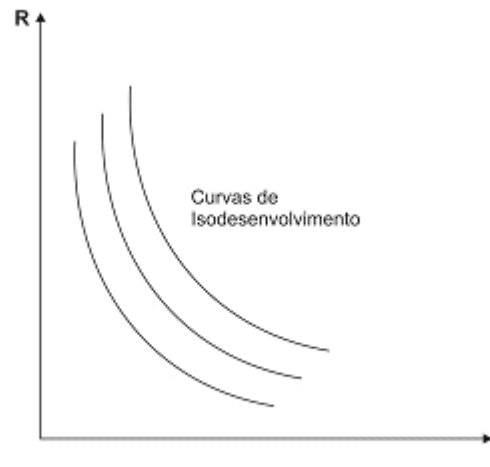


Figura 1.5: Diagrama das curvas de isodesenvolvimento

Fonte: Autor

De maneira mais rigorosa, as curvas de isodesenvolvimento podem ser definidas como o locus geométrico dos pontos no gráfico renda x índice de distribuição de renda que geram um valor constante “k” para o desenvolvimento econômico.

A discussão precedente fornece uma maneira simples e clara de se vislumbrar a problemática do desenvolvimento econômico através de duas variáveis básicas – renda per capita e distribuição de renda. Em seções posteriores será discutido como o desenvolvimento econômico, assim definido, interage com as taxas de natalidade de uma dada sociedade de uma forma bicausal.

1.3.3 Racionalidade, comportamento individual e comportamento reprodutivo

Em linhas gerais o estudo da economia divide-se basicamente em dois campos distintos: macroeconomia e microeconomia. Enquanto a primeira se ocupa da relação entre agregados econômicos (produto, renda, investimento etc), a microeconomia se ocupa em explicar o comportamento dos agentes econômicos (firmas e indivíduos)

procurando estabelecer os parâmetros de uma “racionalidade” que guia as decisões destes agentes⁸.

Neste sentido, os postulados da microeconomia sugerem que os agentes têm uma racionalidade maximizadora, ou seja, eles têm uma função objetivo a qual eles conhecem e procuram maximizar. Em se tratando de indivíduos, mais especificamente, a função utilidade é a função objetivo que deve ser maximizada.

Entretanto, no decorrer deste trabalho, a racionalidade – e o comportamento individual dela resultante – serão abordados sob uma perspectiva diferente. Assim sendo, será adotada uma concepção de indivíduo próxima da concepção de indivíduo presente no pensamento de Veblen⁹, qual seja, a de um indivíduo dicotômico no qual estão presentes “instintos” antagônicos que se manifestam em escolhas concretas de acordo com o ambiente institucional no qual o indivíduo está inserido.

No âmbito do presente trabalho a análise do comportamento individual se restringirá a apenas uma de suas dimensões: a dimensão reprodutiva. Tal postura metodológica se traduz no fato de que o que se procura analisar aqui é a racionalidade que guia o comportamento reprodutivo dos indivíduos, ou em outras palavras, os fatores que determinam as escolhas dos indivíduos em termos do número de filhos que serão gerados.

Como será mostrado posteriormente, partindo da hipótese de um indivíduo vebleniano, o comportamento reprodutivo dos indivíduos será determinado pelo ambiente institucional sob o qual os mesmos estão inseridos. Por sua vez, o ambiente institucional será definido pelo nível de desenvolvimento econômico vigente.

Elaboradas as definições acima, e partindo-se delas, pode-se estruturar um aparato teórico que integre instituições, comportamento reprodutivo e desenvolvimento econômico em uma relação de causalidade tal como mostrada na Figura 1.2. A análise desta figura sugere uma relação de causalidade circular, onde o comportamento reprodutivo dos indivíduos dá origem a uma instituição que condiciona o

⁸ Em anos recentes alguns pesquisadores passaram a buscar as origens biológicas do comportamento econômico no funcionamento do cérebro humano. Tal atitude deu origem a novos campos de pesquisa denominados neuroeconomia, bioeconomia etc. A este respeito ver Giannetti (2005)

⁹ A este respeito ver Veblen em seções anteriores

desenvolvimento econômico e, por sua vez, este desenvolvimento se define como uma instituição que irá condicionar o comportamento reprodutivo dos indivíduos, reiniciando o processo e dando origem a um mecanismo retroalimentador (feedback).

Nos capítulos seguintes será analisada a relação entre comportamento reprodutivo e desenvolvimento econômico a partir deste constructo teórico. Este é, em última instância, o objetivo primordial do presente trabalho.

2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMO ELEMENTO CONDICIONADOR DAS TAXAS DE NATALIDADE

2.1 Teorias pertinentes

A literatura científica apresenta, em diferentes campos do conhecimento, estudos que se propuseram a analisar o comportamento reprodutivo dos indivíduos. Neste esforço para se compreender quais os fatores responsáveis pelas decisões dos indivíduos no que diz respeito ao número de filhos a serem gerados, algumas construções teóricas merecem destaque. Ao longo desta seção serão apresentadas e discutidas as principais concepções teóricas a este respeito: a teoria malthusiana; a teoria fisiológica; a teoria neoclássica e a teoria da transição demográfica.

2.1.1 A teoria malthusiana

Como apontado por Hunt (1982), Tomas Robert Malthus (1766-1834) viveu em uma época conturbada, na qual a Inglaterra convivia com dois conflitos distintos. Por um lado a Revolução Industrial gerou uma enorme massa de trabalhadores tenazmente explorados, que vivendo em condições desumanas alimentavam uma luta constante com os capitalistas industriais. Por outro lado, a ascensão econômica da burguesia industrial esbarrava nos interesses da classe dos proprietários de terras donde surgiam diversos embates no campo político.

Como não poderia deixar de ser, as preocupações de Malthus refletiam estes conflitos. Neste sentido pode-se distinguir duas fases em seus escritos: a primeira cobre as décadas de 1790 a 1810 e sua preocupação central nesta fase está voltada para as inquietações constantes dos trabalhadores e as teorias que procuravam justificar o aumento do bem estar dos mesmos; na segunda fase, que se inicia por volta de 1814, as preocupações de Malthus passam a se alinhar com a Lei dos Cereais e com o conflito entre capitalistas e proprietários de terras.

A teoria da população de Malthus está inserida na primeira fase e seu objetivo principal era combater as ideologias altruistas de Godwin e do Marquês de Condorcet. Tanto assim que o comumente conhecido Ensaio sobre a População de Malthus originalmente era intitulado *An essay on the Principle of Population as it Affects the Future Improvement of Society, with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Others Writers*. Neste sentido argumentava Malthus:

“Devemos reprovar remédios específicos para o sofrimento humano e também devemos reprovar os homens bem intencionados, mas muito enganados, que pensam que estão prestando um serviço à humanidade, projetando esquemas para eliminação total de erros particulares” (*MALTHUS IN HUNT, 1982, p. 70*)

As concepções teóricas de Malthus contidas em seu *Ensaio sobre a População* sugerem que os seres humanos e a sociedade como um todo estão sujeitos à determinadas leis naturais das quais não se pode escapar. O próprio Darwin baseou parte de sua teoria da evolução nos escritos de Malthus. A este respeito argumenta o último:

“Apesar de o homem estar acima de todos os outros animais, por sua capacidade intelectual, não se deve supor que as leis físicas às quais está sujeito sejam essencialmente diferentes das que se aplicam em outros segmentos da natureza animada. Portanto, pode-se afirmar com segurança que a população, quando incontida, aumenta em progressão geométrica de modo a duplicar-se a cada vinte e cinco anos. (...)”

Pelas leis da natureza relativas à capacidade de um território limitado, os acréscimos que podem ser conseguidos na produção de alimentos, em períodos iguais, tem de ser, a curto prazo, constantemente decrescentes – o que realmente ocorreria – ou, na melhor das hipóteses, podem permanecer estacionários, de modo a aumentar os meios de subsistência apenas em progressão aritmética” (*MALTHUS IN HUNT, 1982, p. 70*)

Diante destas constatações Malthus irá propor que poderia haver uma tendência ao superpovoamento, mas esta tendência seria barrada por certos mecanismos de

controle populacional. Referindo-se à opinião de Malthus sobre estes controles, Hunt afirma que:

“Às vezes, Malthus classificava esses controles em duas categorias: preventivos e positivos. Os controles preventivos reduziam a taxa de natalidade; incluíam a esterelidade, a abstinência sexual e o controle de nascimentos. Os controles positivos aumentavam a mortalidade; incluíam a fome, a miséria, as pragas, a guerra e o controle final e inevitável da morte pela fome. A população era sempre controlada por uma combinação desses controles, para ficar dentro dos limites da oferta disponível de alimentos. Se os controles preventivos fossem inadequados, os controles positivos seriam inevitáveis e, se houvesse uma insuficiência de doenças, guerras e catástrofes naturais, a morte pela fome sempre controlaria o crescimento da população”
(HUNT, 1982, *pags 70-71*)

Resumidamente Malthus propugnava que estes mecanismos de controle se resumiam a três. Neste sentido argumentava ele:

“Os controles que reprimem o poder superior da população e mantem seus efeitos compatíveis com o nível de subsistência, se resumem em restrição moral, em vício e miséria” (MALTHUS IN HUNT, 1982, *p. 71*)

Para Hunt (1982) foi baseado neste esquema de classificação dos mecanismos de controle populacional que Malthus fundamentou sua idéia que associava incrementos da renda com aumento das taxas de natalidade na classe de proletária. E isto se devia, em última instância, a uma carência de moral nas classes mais baixas. Assim sendo argumenta Hunt:

“Segundo este esquema de classificação, Malthus pôde argumentar que, se a riqueza e a renda de qualquer membro da sociedade aumentasse, a grande maioria reagiria, tendo tantos filhos que logo voltaria ao nível simples de subsistência; só o homem moralmente virtuoso poderia escapar a esse destino. (...)”

Assim, pela teoria de Malthus, a diferença final entre o rico e o pobre era o alto nível moral daquele e o baixo nível moral desse. (...)

Malthus rejeitava, portanto, todos os esquemas que redistribuíssem renda ou riqueza. Essas redistribuições, simplesmente, aumentariam o número de trabalhadores pobres e fariam com que eles voltassem ao nível de subsistência.” (HUNT, 1982, p. 71)

Portanto, depreende-se do anteriormente exposto que segundo a teoria malthusiana da população, um aumento na renda dos trabalhadores implicaria um aumento nas taxas de natalidade dos mesmos e conseqüentemente em um aumento da oferta de trabalho. Este aumento na oferta de trabalho implicaria em uma queda dos salários reais e das taxas de natalidade, voltando-se ao equilíbrio social.

Como será visto posteriormente, a teoria malthusiana da população colide frontalmente com as conclusões advindas da teoria desenvolvida neste trabalho, principalmente no que diz respeito à relação entre renda e taxas de natalidade.

2.1.2 A teoria fisiológica

A teoria fisiológica foi desenvolvida por um brasileiro, Josué de Castro, a partir de uma tese proposta por Thomas Doubleday em 1853. Castro foi um dos maiores especialistas do mundo em problemas de alimentação e população chegando a ocupar o cargo de diretor geral da Food and Agriculture Organization.

Em sua obra, *Desenvolvimento Econômico*, Charles Kindleberger analisa a teoria fisiológica de Castro e afirma que:

“Josué de Castro, ex-diretor geral da Food and Agriculture Organization declara que a resposta da natureza, quando a espécie é ameaçada, é aumentar a taxa de reprodução. A fecundidade, afirma ele, é inversamente proporcional ao consumo de proteínas. A fome crônica (não a aguda) não leva ao despovoamento, mas sim à superpopulação. E ele oferece provas através de uma correlação que mostra que as mais altas taxas de natalidade estão

associadas às mais baixas taxas de consumo diário de proteína animal.
(KINDLEBERGER, 1976, p. 289)

A explicação oferecida por Castro para fundamentar sua teoria repousa em mecanismos biológicos. Segundo ele, a deficiência proteica inibe o funcionamento do fígado e este é incapaz de inativar os estrógenos. Um excesso de estrógenos aumenta a fecundidade.

Cabe ressaltar que a teoria fisiológica de Castro é sujeita a controvérsias. Neste sentido o próprio Kindleberger argumenta que:

“Mas o consumo de proteínas e a taxa de natalidade podem não ter relação um com outro, exceto quanto à sua mútua dependência em relação à pobreza.” (KINDLEBERGER, 1976, p. 289)

Em linhas gerais, portanto, o que Castro apregoa é que o desenvolvimento econômico tem uma relação extremamente relevante com as taxas de natalidade de uma dada sociedade, e que esta relação repousa em mecanismos biológicos próprios da natureza humana.

2.1.3 Teorias neoclássicas das taxas de natalidade

Diversos estudiosos da vertente neoclássica buscaram compreender os determinantes do comportamento reprodutivo dos indivíduos. De maneira geral, o que aproxima as concepções teóricas destes estudiosos é o fato de os mesmos procurarem estabelecer os determinantes do comportamento reprodutivo em termos de um modelo matemático caracterizado pela presença de uma função utilidade a qual os indivíduos procuram maximizar.

Nos próximos parágrafos será abordado um destes modelos – certamente o mais conhecido deles – que foi desenvolvido por Becker e Willis (1973). Tal modelo recebeu o nome de *Household demand model* e parte do pressuposto que os indivíduos, em relação ao seu comportamento reprodutivo, deparam-se com uma função utilidade da seguinte forma:

$$U = U(N, Q, Z)$$

Onde: U = Utilidade

N = Número de crianças (filhos)

Q = Qualidade das crianças (filhos)

Z = Consumo de outros bens

De acordo com esta função, a utilidade dos indivíduos, enquanto produtor de crianças, será derivada no número e da qualidade das crianças a serem geradas (produzidas). Entretanto, a produção de crianças requer como insumos tempo de dedicação dos pais e dinheiro para que estas possam ser criadas. Neste sentido, pode-se derivar uma função de produção de crianças, para cada indivíduo, tal como se segue:

$$C = NQ = f(T, M)$$

Onde: C = Produção de crianças (quantidade e qualidade)

N = Número de crianças produzidas

Q = Qualidade das crianças produzidas

T = Tempo de dedicação dos pais

M = Dinheiro despendido com as crianças

Partindo destas equações, e de operações algébricas de maximização convenientes, o modelo em questão concluirá que o número de crianças geradas, a qualidade das mesmas, e o consumo de outros bens são determinados simultaneamente e serão função da renda do indivíduo e do vetor de preços correntes. Neste caso, porém, quanto maior a renda do indivíduo maior a capacidade do mesmo gerar um número elevado de filhos. Neste quesito, Birdsall argumenta que:

“In this household model, children, or more correctly child services, are a normal good; with rising income parents will, all other things the same, want more child services.” (*BIRDSALL, 1991, p. 504*)

Entretanto, como o modelo em questão poderia explicar as estatísticas disponíveis¹⁰ que revelam exatamente o contrário, ou seja, que um número elevado de filhos é característico de famílias de baixa renda?

A resposta a esta questão é feita por dois caminhos distintos. Primeiro, alega-se que sendo necessário um tempo de dedicação dos pais para a criação das crianças – o tempo de dedicação é um dos insumos da função de produção – este tempo seria mais escasso nas famílias de alta renda, logo estas famílias teriam uma propensão a gerar um número reduzido de crianças. Segundo, alega-se que nas famílias de alta renda investe-se mais na qualidade das crianças, e portanto estas devem estar presentes em um número reduzido para que os recursos disponíveis sejam suficientes. Tais explicações procuram tornar o modelo coerente com os dados empíricos.

2.1.4 Teoria da transição demográfica

A teoria da transição demográfica procura explicar as variações nas taxas de natalidade – e também nas de óbitos – a partir da transição de uma economia agrário-camponesa para uma economia urbano-industrial. Segundo esta teoria, em uma economia agrário-camponesa tanto as taxas de natalidade quanto as de óbitos são elevadas. Hoover e Coale apontam os motivos destas taxas serem elevadas como se segue:

“As taxas de mortalidade são altas em consequência de alimentação pobre, de condições sanitárias primitivas, e da ausência de serviços médicos preventivos e curativos. As taxas elevadas de nascimentos resultam das crenças e dos costumes sociais que necessariamente aparecem para que uma comunidade de taxa de óbitos elevada possa continuar a existir. Tais crenças

¹⁰ As estatísticas disponíveis acerca das taxas de natalidade podem ser encontradas no endereço eletrônico do IBGE

e costumes são reforçados pelas vantagens econômicas da família camponesa em que ocorrem muitos nascimentos. O ônus da criação da criança cabe principalmente à mulher na sociedade rural, e a posição da mulher é tipicamente de subordinação. O custo de educação da criança é mínimo, devido ao baixo nível educacional que lhe é dado. As crianças contribuem desde muito cedo para a produção agrária e constituem tradicional fonte de segurança dos pais na velhice. As altas taxas de mortalidade predominantes, especialmente na infância, resultam que tal segurança só pode existir se nascerem muitas crianças.” (HOOVER e COALE, 1966, p. 24)

No entanto, a transição para uma economia urbano-industrial - o que é visto como sinônimo de desenvolvimento econômico - altera o panorama tanto das taxas de natalidade quanto das taxas de óbitos. Neste sentido, Hoover e Coale argumentam que:

“A redução das taxas de óbitos pode ser atribuída parcialmente à maior regularidade do suprimento alimentar, à melhoria das condições de legalidade e ordem. E a outras consequências mais ou menos diretas da modificação econômica. Outros fatores que contribuem para este declínio – melhorias das condições sanitárias, aperfeiçoamento de vacinas e outros meios de medicina preventiva, e progressos maiores e mais rápidos no tratamento das enfermidades – podem ser considerados como consequências mais ou menos indiretas da modificação econômica.

(...). A mudança da estrutura da produção, com a diminuição da importância da família como unidade produtora, com o crescimento dos sistemas impessoais de distribuição de tarefas, e com o aparecimento do papel da mulher fora do lar, tende a aumentar a possibilidade da mobilidade econômica, que pode ser melhor realizada com família pequena e tende a diminuir as vantagens econômicas da família grande. Uma das características do desenvolvimento econômico é aumentar tipicamente a urbanização, e as crianças passam a ser mais um ônus do que uma vantagem no cenário urbano em relação ao rural. (...). Na maioria dos países que têm passado pela transição da economia agrária para a economia industrializada orientada para o mercado, o hábito da família pequena começou nos grupos urbanos situados na extremidade mais alta da escala sócio econômica e propagou às cidades menores, aos grupos de renda mais baixa, e eventualmente às regiões rurais.” (HOOVER e COALE, 1966, p. 24-26)

Em linhas gerais, o que cabe salientar a respeito da teoria da transição demográfica, é que esta teoria apregoa que o processo desenvolvimento econômico - neste caso sinônimo de urbanização e industrialização – tende a reduzir as taxas de natalidade na medida em que oferece um cenário socio-econômico mais vantajoso para as famílias pequenas em relação às famílias grandes. Tal teoria é comumente utilizada para explicar a evolução nas taxas de natalidade da Europa e dos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX, bem como para o caso da América Latina no século XX.

2.2 A Teoria da expectativa de acumulação

A seção precedente apresentou as principais teorias encontradas na literatura científica no que diz respeito ao comportamento reprodutivo dos indivíduos e suas causas. O objetivo desta seção consiste em estruturar uma teoria, relativamente inovadora em suas conclusões, que visa explicar o comportamento reprodutivo dos indivíduos a partir de condições materiais dos mesmos. Em certo sentido, a teoria malthusiana também explica o comportamento reprodutivo em função das condições materiais, entretanto, a conclusão advinda desta teoria – de que quanto maior a renda de um indivíduo maior a sua propensão a gerar mais filhos – colide frontalmente com as estatísticas e com as conclusões derivadas da teoria a ser desenvolvida nesta seção e que será denominada *teoria da expectativa de acumulação*.

A teoria da expectativa de acumulação está alicerçada em quatro hipóteses básicas: o indivíduo comporta-se tal qual o indivíduo vebleniano; a decisão de ter filhos (comportamento reprodutivo) corresponde a uma escolha intertemporal; o comportamento reprodutivo é ditado por questões materiais e, a expectativa de acumulação dos indivíduos é função da renda. Nos parágrafos seguintes tais hipóteses serão discutidas em seus pormenores e por fim, as mesmas serão integradas de modo a se estruturar uma teoria acerca do comportamento reprodutivo dos indivíduos.

O indivíduo vebleniano foi discutido em detalhes no capítulo anterior, tornando desnecessário repetir uma exposição pormenorizada do assunto. Por ora, vale lembrar que o indivíduo vebleniano, diante de uma escolha intertemporal, é um ser dicotômico,

no qual convivem “tendências” opostas, umas privilegiando o desfrute do presente em sacrifício do futuro e outras privilegiando o sacrifício do presente em benefício do futuro.

Curiosamente, Eduardo Gianetti, em sua obra *O valor do amanhã*, propõe um modelo de indivíduo extremamente próximo do indivíduo vebleniano. A referida obra busca compreender os determinantes do comportamento individual diante de escolhas intertemporais e o indivíduo padrão de Gianetti – assim como o de Veblen – apresenta uma dicotomia inerente, a qual tem suas raízes em estruturas biológicas do cérebro humano. Neste sentido afirma ele:

“Desfrutar o momento ou cuidar do amanhã? (...). O cérebro humano é formado por circuitos modulares que não estão perfeitamente integrados. A perspectiva concreta de gratificação imediata de certos desejos ativa uma região do cérebro – o sistema límbico – que demanda pronta satisfação, sem se importar com o amanhã. Mas a impaciência de curto prazo não é tudo. O primata impulsivo que nos agita em segredo tem um adversário à altura: o córtex pré frontal, que pondera os prós e os contras de diferentes escolhas e não de deixa levar com facilidade pela sedução do momento. Se a atração pelo prazer do momento (...) ata-nos ao presente, os cuidados com o amanhã imaginado (...) elevam-nos ao futuro.

No sempre renovado embate entre a impulsividade da cigarra límbica e o calculismo prudente da formiga pré-frontal, o resultado não está dado de antemão.” (GIANETTI, 2005, *contracapa*).

Uma escolha intertemporal pode ser definida como aquele tipo de escolha no qual os custos e/ou benefícios da mesma se estendem ao longo do tempo. Destarte, a decisão de poupar divisas, por exemplo, consiste em uma escolha intertemporal pois se tem na mesma um custo – representado pelo adiamento do consumo – que se espera ser recompensado, no futuro, pelo benefício de uma renda maior advinda do recebimento de juros. Neste mesmo sentido, o comportamento reprodutivo dos indivíduos – ou mais especificamente, a decisão de ter filhos – constitui-se por excelência, em uma modalidade de escolha intertemporal. Os benefícios de se optar pela geração de um filho vão desde o prazer advindo do ato sexual até as alegrias que este filho

potencialmente pode prover aos seus pais ao longo de sua convivência. Já os custos de se ter filhos, e que são bastante claros para quem os têm, vão desde custos materiais – relativos aos gastos com a manutenção da prole – até o custo de se dispor de tempo e atenção em favor do filho. Neste quesito, principalmente para as mães, a gestação e a criação de um filho requer que as mesmas abdicuem de seus próprios interesses privilegiando o interesse dos filhos. Portanto, a hipótese de que a decisão de ter filhos constitui uma modalidade de escolha intertemporal é uma hipótese bastante plausível e condizente com a realidade.

Quanto à terceira hipótese, qual seja, a de que o comportamento reprodutivo dos indivíduos é determinado por causas materiais, tem-se que a mesma incita algumas opiniões contrárias. Poderia se alegar que o comportamento reprodutivo é moldado muito mais por questões de cunho pessoal ou religioso ou educacional do que por questões puramente econômicas. Entretanto, amparando-se no materialismo histórico de Engels como referência teórica, tenta-se qualificar esta hipótese como válida.

Engels, em sua obra, *A origem da família da propriedade privada e do estado*, procura desenhar um paralelo entre a estrutura familiar – ou mais precisamente a forma de se acasalar e procriar – e as condições materiais de determinada sociedade. Para tanto o referido autor subdivide a história da humanidade em três estados: estado selvagem, barbárie e civilização. Os dois primeiros estados se subdividem ainda, cada um deles, em três fases: inferior, média e superior. Referindo a cada uma destes estágios Engels argumenta que:

“Por enquanto podemos generalizar a classificação da forma seguinte: estado selvagem – período em que predomina a apropriação de produtos da natureza já prontos; os produtos artificiais do homem são, sobretudo, instrumentos destinados a facilitar esta apropriação; barbárie – período em que se domina a criação de gado e a agricultura e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio da atividade humana; civilização – período de aprendizagem de novas formas de se trabalhar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte” (ENGELS, 1884, p. 35)

Partindo desta periodização Engels procura demonstrar como cada um destes estágios está relacionado a uma determinada estrutura familiar predominante, e que esta estrutura familiar é, em última instância, forjada por questões materiais. Neste sentido argumenta ele:

“De acordo com o que foi dito, há três formas principais de casamento que correspondem, em traços gerais, aos três estágios fundamentais da evolução humana. Ao estado selvagem corresponde o casamento por grupos; à barbárie, o casamento pré-monogâmico e à civilização corresponde a monogamia com seus complementos, o adultério e a prostituição.” (ENGELS, 1884, p. 80)

No que se refere ao fato de questões materiais serem fatores determinantes da forma de estruturação familiar Engels é enfático, e afirma que a origem da família monogâmica está estreitamente ligada ao surgimento da propriedade privada. Assim sendo afirma ele:

“E, quando a propriedade privada passou a preponderar sobre a propriedade coletiva, quando os interesses da transmissão por herança fizeram surgir o domínio do direito paterno e da monogamia.” (Engels, 1884, pag 84)
A diferença de riqueza entre os diversos chefes de família passou a destruir as antigas comunidades domésticas comunistas, por toda parte onde ainda subsistiam e ao mesmo tempo acabou o trabalho comum da terra por conta dessas comunidades. A terra cultivada passou para o usufruto das famílias particulares, primeiro provisoriamente, depois para sempre. A transição para a propriedade privada completa foi se realizando aos poucos, paralelamente à transição do casamento pré-monogâmico para a monogamia. A família individual começou a assumir o papel de unidade econômica da sociedade. (ENGELS, 1884, p. 175)

Portanto, o surgimento da propriedade privada e a necessidade de se garantir que o capital acumulado fosse transmitido às gerações subsequentes deram origem à família monogâmica tal como a conhecemos hoje. Engels – como socialista que é – chega a

sugerir que com o fim da propriedade privada e a socialização dos meios de produção, a monogamia sofrerá transformações. Neste quesito afirma ele:

“No momento presente estamos caminhando para uma revolução social, em que as atuais bases econômicas da monogamia até aqui existentes vão desaparecer, tão seguramente como vão desaparecer as da prostituição, complemento daquela. (...). Mas a revolução social iminente, transformando pelo menos a imensa maioria das riquezas duradouras hereditárias – os meios de produção – em propriedade social, reduzirá ao mínimo toda essa preocupação com a transmissão por herança. Então, como a monogamia surgiu de causas econômicas, quando desaparecerem essas causas desaparecerá ela também.” (ENGELS, 1884, p. 81).

O que interessa sublinhar da obra de Engels é somente que a estrutura familiar – e por consequência o comportamento reprodutivo dos indivíduos – está primordialmente vinculada às questões materiais, ficando em segundo plano os fatores ligados à cultura, à educação e à religião. Esta posição também é adotada neste trabalho.

No que se refere à última hipótese, a de que a expectativa de acumulação de capital de um indivíduo é função da renda obtida pelo mesmo, alguns comentários necessitam ser feitos. Primeiro, considera-se que a expectativa de acumulação nada mais é do que o conjunto de projeções que este indivíduo faz, para um tempo futuro, de suas próprias condições materiais. Em outras palavras, a expectativa de acumulação de um indivíduo corresponde ao que este indivíduo espera ter, em termos materiais, em um período porvir. Segundo, propõe-se que a expectativa de acumulação de um indivíduo seja determinada pela renda/patrimônio corrente deste indivíduo na medida em que, os que nada têm (em termos materiais), pouco esperam acumular, focando suas decisões nas necessidades do presente, enquanto os que muito têm, muito esperam acumular, projetando o resultado de suas decisões para um tempo futuro. Cabe ressaltar que, por hipótese, a expectativa de acumulação cresce a taxas decrescentes com o aumento da renda e, assim sendo, pode-se relacionar expectativa de acumulação e renda através de uma função logarítmica como a apresentada a seguir.

$$EA = \log R$$

Onde: EA = expectativa de acumulação

R = renda/patrimônio corrente do indivíduo

Graficamente tem-se que:

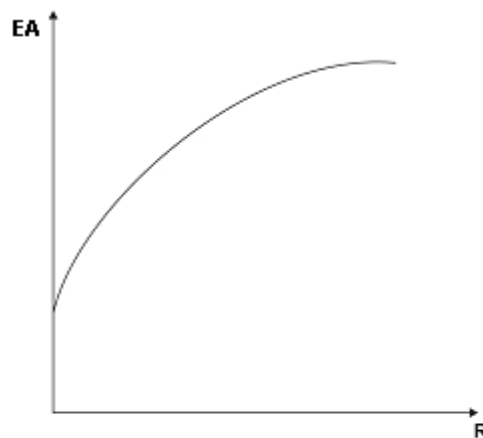


Figura 2.1 : Expectativa de acumulação x renda

Fonte: Autor

Elaboradas e discutidas as hipóteses acima pode-se agora integrá-las de modo a explicar: 1)- como a renda/patrimônio corrente de um indivíduo condiciona o seu comportamento reprodutivo; 2)- como o desenvolvimento econômico de uma sociedade, atuando como uma instituição, está ligado com as taxas de natalidade desta sociedade. Tal integração é feita a seguir.

Primeiramente, em termos de cada indivíduo, considera-se que o seres humanos são indivíduos do tipo vebleniano (primeira hipótese), ou seja, indivíduos dicotômicos que diante de uma escolha intertemporal oscilam entre decisões que privilegiam o futuro em detrimento do presente e entre decisões que privilegiam o presente em detrimento do futuro. Qual será a escolha de cada indivíduo e do que ela irá depender?

A resposta a esta pergunta é que os indivíduos farão suas escolhas no presente dependendo do que elas esperam do futuro, e estas projeções do futuro dependem, em última instância, das condições objetivas de cada indivíduo. Neste sentido, argumenta Gianetti:

“O valor do futuro depende do que se pode esperar dele. (...). O horizonte de tempo relevante para a escolha intertemporal depende da imaginação humana – das expectativas que formamos acerca do amanhã (...). Mas não é só. Essas expectativas de futuro, por seu turno, não se formam no vazio. Elas se alteram no decorrer do tempo e são influenciadas por fatores ligados ao ambiente cultural mais amplo e as circunstâncias objetivas em que vivemos.”
(*GIANETTI, 2005, p. 123*)

Destarte, o comportamento reprodutivo, ou seja, a decisão de ter filhos, constituindo uma decisão intertemporal (segunda hipótese) está estreitamente condicionada por circunstâncias objetivo-materiais (terceira hipótese). Logo, a renda/patrimônio corrente de um indivíduo, por determinar a expectativa de acumulação deste indivíduo (quarta hipótese) irá determinar o comportamento reprodutivo do mesmo, de forma que: i)- quanto maior a renda/patrimônio corrente, maior a expectativa de acumulação, maior o peso relativo do futuro em relação ao presente e menor a propensão de se gerar muitos filhos; ii)-quanto menor a renda/patrimônio corrente, menor a expectativa de acumulação, menor o peso relativo do porvir e maior a tendência de se gerar muitos filhos. Assim sendo, pode-se concluir que quanto menor a renda/patrimônio corrente de um indivíduo, maior a sua propensão a desconsiderar o tempo porvir e a gerar um número elevado de filhos.

Em se tratando de sociedades como um todo, por analogia com a situação anterior, pode-se chegar a resultados semelhantes. Neste caso, porém, ao invés de se considerar a renda/patrimônio em termos individuais, considerar-se-á o desenvolvimento econômico – tal como definido no capítulo um – como fator determinante da expectativa de acumulação dos membros de uma sociedade como um todo. E é exatamente neste ponto que emerge o caráter institucional do desenvolvimento econômico, pois este passa a agir como um elemento condicionador do comportamento individual na medida em que atua como fator de ordem cognitivo-cultural, instruindo e desenhando a expectativa de acumulação dos indivíduos. Assim sendo, uma sociedade com alto nível de desenvolvimento econômico – alta renda per capita e baixa

concentração de renda – significa que esta sociedade gera um elevado montante de renda e que uma grande parcela de seus membros tem acesso a essa renda gerada. Tal fato implica que as taxas de fecundidade nos países com alto desenvolvimento econômico são baixas pois é alta a expectativa de acumulação de grande parte dos membros desta nação. De forma contrária, nos países com baixos níveis de desenvolvimento econômico, tem-se uma reduzida geração e/ou distribuição de renda. Neste caso, uma grande parcela dos indivíduos desta nação estará sujeita a baixos níveis de renda e, por conseguinte, prevalecerá uma baixa expectativa de acumulação nesta nação. A baixa expectativa de acumulação de grande parte dos membros desta nação implicará em uma forte tendência de se ter altas taxas de fecundidade¹¹.

Portanto, em linhas gerais, a teoria da expectativa de acumulação apregoa que: quanto maior a renda/patrimônio corrente de um indivíduo (ou o desenvolvimento econômico de uma sociedade) maior a sua expectativa de acumulação, maior o peso relativo do futuro nas suas decisões intertemporais, e menor a propensão deste indivíduo gerar um número elevado de filhos. Neste sentido, a teoria da expectativa de acumulação converge para conclusões contrárias às conclusões advindas da teoria malthusiana na medida em que esta última apregoa que quanto maior a renda da classe operária, maior a propensão dos trabalhadores gerarem um número elevado de filhos.

3.3 Aplicação empírica da teoria da expectativa de acumulação

Como visto na seção precedente, segundo a teoria da expectativa de acumulação, as taxas de natalidade de uma sociedade estão condicionadas pelo desenvolvimento econômico desta sociedade, sendo o desenvolvimento econômico determinado nos termos da última seção do primeiro capítulo. Em termos individuais, a teoria da

¹¹ É curioso notar que nas regiões de baixo desenvolvimento econômico há uma enorme predisposição para festas e comemorações. Tal fato, fartamente divulgado pelos meios de comunicação, reflete uma postura comportamental de valorização do momento presente, comum nos indivíduos destas regiões. Neste sentido, a grande quantidade de festividades na região Nordeste ilustra bem este fato.

expectativa de acumulação apregoa que quanto maior a renda de um indivíduo - ou mais precisamente de uma família – menor é a propensão deste indivíduo gerar um número elevado de filhos.

Destarte, o objetivo desta seção é confrontar os resultados teóricos provenientes da teoria da expectativa de acumulação com as estatísticas disponíveis. Para tanto, devem ser feitas, *a priori*, duas considerações importantes. Primeiro, cabe ressaltar que os dados aqui apresentados referem-se à taxa de fecundidade e não à taxa de natalidade. A taxa de fecundidade difere da taxa de natalidade porque, enquanto na primeira se expressa número de filhos por mulher na segunda se expressa o número de nascimentos para cada mil habitantes. Entretanto, como se tem um exercício comparativo, comparando-se diferentes taxas de fecundidade em diferentes situações, o fato de se utilizar taxa de fecundidade ou de natalidade não interfere nos resultados. A taxa de fecundidade tem a vantagem de oferecer uma noção do tamanho médio da família.

Segundo, vale lembrar que as estatísticas aqui apresentadas referem-se somente ao Brasil. O motivo de se restringir os dados somente à realidade brasileira refere-se à facilidade de obtenção dos mesmos além do que, ao se comparar os dados dentro de uma mesma nação, reduz-se os efeitos de diferenças culturais, religiosas ou de política governamental, que poderiam se acentuar ao se comparar as taxas de fecundidade entre diferentes nações. Entretanto, cabe ressaltar que a comparação dos dados entre diferentes nações provavelmente levaria a resultados semelhantes.

Feitas tais considerações pode-se verificar que, pela Tabela 2.1, a teoria da expectativa de acumulação é extremamente coerente com os dados apresentados. Neste caso verifica-se que em famílias de baixa renda as taxas de fecundidade são extremamente altas – atingindo a marca de 5,3 filhos por mulher nas famílias de mais baixa renda – e bastante reduzidas nas famílias de renda mais alta – cerca de 1,1 filhos por mulher.

Tabela 2.1: Renda familiar e taxa de fecundidade.

	Até ¼ do SM*	De ¼ a ½ SM*	De ½ a 1 SM*	De 1 a 2 SM*	De 2 a 3 SM*	De 3 a 5 SM*	Mais de 5 SM*
Nº de filhos por mulher	5,3	3,3	2,4	1,8	1,4	1,3	1,1

*SM: salário mínimo; Fonte: censo de 2000 (IBGE)

Tabela 2.2: Renda familiar per capita, índice de Gini e população residente total para os estados brasileiros

Estado	Renda domiciliar per capita*	Índice de Gini**	População Total
AC	337,69	0,648	557526
AL	161,81	0,691	2822621
AM	241,46	0,683	2812557
AP	295,91	0,637	477032
BA	216,33	0,669	13070250
CE	221,43	0,675	7430661
DF	602,24	0,64	2051146
ES	308,43	0,608	3097232
GO	299,95	0,611	5003228
MA	150,52	0,659	5651475
MG	305,10	0,615	17891494
MS	320,47	0,627	2078001
MT	316,07	0,63	2504353
PA	248,20	0,655	6192307
PB	178,43	0,646	3443825
PE	240,54	0,673	7918344
PI	166,43	0,661	2843278
PR	376,72	0,607	9563458
RJ	445,00	0,614	14391282
RN	203,82	0,657	2776782
RO	279,60	0,614	1379787
RR	258,33	0,622	324397
RS	451,56	0,586	10187798
SC	405,94	0,56	5356360
SE	190,59	0,658	2784475
SP	477,52	0,592	37032403
TO	224,61	0,662	1157098

* A renda familiar per capita é dada pela razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total de indivíduos (R\$ de 2001).

** Quanto maior o índice de Gini, maior a concentração da renda (ano de 2001).

Fonte: IPEA DATA

No caso de se analisar sociedades como um todo, a situação se torna um pouco mais complexa. A Tabela 2.2 oferece um panorama geral das condições econômicas e populacionais de todos os estados brasileiros. A análise desta tabela fornece os dados referentes à renda domiciliar per capita, índice de Gini e população residente para o ano de 2001. Partindo-se dela, e da definição de desenvolvimento econômico apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, pode-se construir uma segunda tabela - Tabela 2.3 –

que oferece os dados relativos ao nível de desenvolvimento econômico e taxas de fecundidade para os estados brasileiros com população residente superior a dois milhões de habitantes. A exclusão dos estados com menos de dois milhões de habitantes deveu-se ao fato de que, para estes estados, o peso relativo de um empreendimento econômico particular poderia ser muito elevado. Em outras palavras, a referida exclusão procurou eliminar aqueles estados onde a renda per capita (e portanto o desenvolvimento econômico) pudesse ser influenciado por um fato isolado, como a presença de uma mineradora com elevado volume de receitas e responsável pela geração de uma parcela elevada do PIB (e da renda) do estado. A inclusão destes estados na análise poderia distorcer os resultados na medida em que a renda per capita dos mesmos poderia estar sendo superestimada.

Tabela 2.3: Índice de desenvolvimento econômico e taxas de fecundidade

Estado	Índice de Desenvolvimento Econômico	Taxa de Fecundidade
MA	1,369	3,20
AL	1,430	3,14
PI	1,511	2,67
PB	1,642	2,54
SE	1,735	2,74
RN	1,857	2,54
BA	1,950	2,50
CE	1,985	2,84
AM	2,149	3,45
PE	2,160	2,48
PA	2,265	3,15
GO	2,857	2,23
MG	2,894	2,23
ES	2,947	2,16
MT	2,954	2,50
MS	3,004	2,42
PR	3,603	2,30
SC	4,085	2,23
RJ	4,226	2,06
RS	4,415	2,16
SP	4,639	2,05
DF	5,575	1,96

*Foram excluídos os estados com menos de dois milhões de habitantes

Fonte: Taxas de fecundidade (IPEA DATA); Índices de desenvolvimento econômico (autor)

Centrando-se a análise na Tabela 2.3 pode-se constatar que os estados com baixos níveis de desenvolvimento econômico geralmente apresentam taxas de fecundidade mais elevadas do que os estados onde prevalecem altos níveis de desenvolvimento econômico. Destoam desta constatação os estados do Amazonas e do Pará. Nestes estados, embora o nível de desenvolvimento econômico se apresente em um grau intermediário (2,149 para o Amazonas e 2,265 para o Pará) as taxas de fecundidade se apresentam extremamente altas (3,45 para o Amazonas e 3,15 para o Pará). Embora correndo o risco de se incorrer em equívoco, aponta-se como uma potencial explicação para tal fato a grande quantidade de comunidades indígenas que habitam estes estados. Nessas comunidades, o desconhecimento de métodos anticoncepcionais eficazes, aliado a fatores de ordem cultural, impedem qualquer controle consciente do número de nascimentos.

Tabela 2.4: Taxas de fecundidade segundo por quartil

	Primeiro Quartil	Segundo Quartil	Terceiro Quartil	Quarto Quartil
Taxa de Fecundidade Média	2,86	2,52	2,32	2,09

Fonte: autor

Uma outra forma de se vislumbrar como as taxas de fecundidade se relacionam com o nível de desenvolvimento econômico dos estados brasileiros é através da Tabela 2.4. Esta tabela é derivada da Tabela 2.3 e oferece os valores taxa de fecundidade média para cada quartil, sendo estes dispostos em ordem crescente dos valores de desenvolvimento econômico. Por esta tabela pode se verificar que as taxas de fecundidade média variam conforme o quartil considerado de uma forma coerente com os resultados da teoria da expectativa de acumulação. Neste sentido, o primeiro quartil, ao qual correspondem os mais baixos índices de desenvolvimento, apresenta as maiores taxas de fecundidade média (2,86). Já o último quartil, que engloba os estados com mais

alto índice de desenvolvimento econômico, apresenta a menor taxa de fecundidade média (2,09)¹².

¹² Cada quartil engloba cinco estados cujo índice de desenvolvimento econômico se assemelha. Assim sendo, o primeiro quartil compreende os cinco estados com os índices mais baixos de desenvolvimento econômico (MA, AL, PI, PB e SE). Por outro lado o último quartil compreende os cinco estados com os maiores índices de desenvolvimento econômico (DF, SP, RS, RJ e SC). O segundo quartil (RN, BA, CE, PE e GO) e o terceiro quartil (MG, ES, MT, MS e PR) englobam os estados com índices de desenvolvimento econômico intermediário. Foram excluídos os estados do Amazonas e do Pará devido às discrepâncias apresentadas por estes estados.

3 AS TAXAS DE NATALIDADE COMO ELEMENTO CONDICIONADOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

3.1 Aspectos preliminares

O objetivo deste capítulo consiste em analisar como o teor das taxas de natalidade de uma dada sociedade, atuando como uma instituição, condiciona o seu nível de desenvolvimento econômico. Neste sentido, os fundamentos teóricos utilizados para se identificar o teor das taxas de natalidade de uma sociedade como uma instituição repousam na concepção que encara as instituições como sendo padrões organizados (sistemáticos) de comportamento coletivo. Assim sendo, por ser o teor das taxas de natalidade de uma sociedade o reflexo de um comportamento reprodutivo específico, próprio dos membros desta sociedade, pode o mesmo ser identificado como uma instituição.

A análise de como o teor das taxas de natalidade interfere no processo de desenvolvimento econômico de uma determinada sociedade será empreendida aqui sob cinco prismas distintos. No primeiro, é analisado o efeito das taxas de natalidade no desenvolvimento econômico considerando o tamanho da população da sociedade em questão; no segundo, a relação entre taxas de natalidade e desenvolvimento econômico é analisada levando-se em conta a taxa de crescimento populacional; no terceiro é considerado o papel das taxas de natalidade na distribuição etária da população; no quarto, as taxas de natalidade são divididas segundo a categoria de renda de cada indivíduo; e por último, são feitas considerações de como as taxas de natalidade estão associadas com problemas ambientais e de segurança pública. A seguir, cada uma destas dimensões do problema são analisadas.

3.2 Taxas de natalidade, tamanho da população e desenvolvimento econômico

A análise dos efeitos das taxas de natalidade sobre o desenvolvimento econômico levando-se em conta o tamanho da população vigente em uma dada sociedade trata-se de um problema no qual se procura determinar o tamanho ótimo da população dada a quantidade de recursos produtivos disponíveis. Tal análise está assentada no reconhecimento da ação de duas forças opostas: as economias de escala e a lei dos rendimentos decrescentes. Neste sentido argumentam Hoover e Coale:

“Se a teoria do ótimo de população indica que a população é demasiado volumosa, será vantajoso um crescimento negativo, ou declínio, e qualquer taxa de crescimento menor deve ser preferida a outra maior. A teoria do ótimo de população é em essência um exercício de estática econômica comparativa. O principal ponto em causa é o do rendimento de escala, com duas forças opostas em ação – as economias de escala favorecendo o aumento da renda per capita, e o rendimento decrescente favorecendo a baixa da renda per capita, com maior volume de população. A questão é, na realidade, de relação ótima da população para com os demais fatores produtivos.” (HOOVER E COALE, 1966, p. 33)

Entretanto, a referida teoria possui algumas incongruências na medida em que não considera o papel das mudanças tecnológicas e do nível educacional da população. Neste sentido, uma população pode se encontrar abaixo do tamanho ótimo para uma dada tecnologia de produção, mas caso esta seja alterada, levando-se à necessidade de menos trabalho, o tamanho da população passa a se apresentar no tamanho ótimo ou mesmo acima dele.

Em linhas gerais, o pensamento acerca de um tamanho ótimo de população procura estabelecer um tamanho adequado da população tendo em vista a compatibilização da quantidade de trabalho ofertada com o nível dos outros recursos disponíveis a partir de um dado padrão tecnológico. Assim sendo, caso haja na sociedade uma carência de outros recursos produtivos que não o trabalho, e a quantidade de trabalho ofertada esteja acima da capacidade de absorção da mesma, uma redução das taxas de natalidade será favorável ao aumento da renda per capita e ao

desenvolvimento econômico da sociedade em questão. Caso se tenha uma situação inversa, com abundância de outros recursos produtivos que não o trabalho, o aumento das taxas de natalidade elevará a oferta de trabalho e a capacidade de utilização destes recursos e, portanto, a renda per capita e o desenvolvimento econômico da sociedade.

3.3 Taxas de natalidade, crescimento populacional e desenvolvimento econômico

Considerando uma sociedade fechada – onde são desprezíveis os efeitos de movimentos migratórios – e na qual as taxas de mortalidade são relativamente estáveis, o único elemento responsável pelo crescimento populacional são as taxas de natalidade. Em uma sociedade assim caracterizada, as altas (ou baixas) taxas de natalidade podem atuar como elemento estimulador ou inibidor do processo de desenvolvimento econômico. Tudo irá depender do contexto sócio-econômico em questão.

Hoover e Coale analisam o papel das taxas de natalidade no processo de desenvolvimento econômico em dois contextos distintos. Destarte argumentam eles:

“Podemos figurar duas situações extremas, relativas ao efeitos da taxa de crescimento da população sobre o crescimento da renda per capita. Uma figura é a de uma economia de renda relativamente alta, onde o problema crônico é assegurar a plena utilização dos recursos disponíveis – para evitar o desemprego tanto da força de trabalho como dos bens de capital. A análise keynesiana mostra que, nestas circunstâncias, a elevação da procura de bens de capital (elevação da eficiência marginal do capital) terá efeito estimulante sobre toda a economia, e tenderá a produzir rendas geralmente mais altas. Poder-se-á argumentar com razão que uma possível fonte desse estímulo à procura é uma taxa mais rápida de crescimento da população, ao invés de mais lenta. No outro extremo está a economia deficiente não primariamente em procura efetiva mas em oferta de capital. Nesta economia, um programa firme de poupança mais que de consumo ajudaria a produzir rendas mais altas no futuro, por tornar possível uma taxa mais alta de investimento. Da mesma forma, a necessidade reduzida de investimento simplesmente para duplicar serviços permitiria maior aumento do volume de capital por

trabalhador, maior produção per capita, e maior renda per capita.” (*HOOVER e COALE, 1966, p. 36*)

Acrescente-se a isso, o fato de que em países de baixa renda e baixa capacidade de investimento, o aumento da população tende a aumentar, a longo prazo, a oferta de mão-de-obra o que irá implicar em salários reais mais baixos e maior concentração da renda nas mãos das classes proprietárias. Como visto anteriormente, a concentração de renda também contribui para reduzir o nível de desenvolvimento econômico de uma sociedade e, assim sendo, as altas taxas de crescimento populacional atuam como elemento coibidor do desenvolvimento econômico em sociedades de baixa renda.

Portanto, sob a ótica do crescimento populacional, as taxas de natalidade irão afetar o desenvolvimento econômico de uma sociedade, estimulando-o ou inibindo-o, conforme esta sociedade tenha ou não disponibilidade de recursos para serem investidos.

3.4 Taxas de natalidade, distribuição etária e desenvolvimento econômico

Considderando novamente uma sociedade fechada, pode-se analisar o efeito das taxas de natalidade no desenvolvimento econômico através de seu impacto na distribuição etária da população. Neste caso pode-se considerar duas situações distintas: uma na qual a existe uma grande porporção de idosos (indivíduos acima de 65 anos) na população, e outra na qual existe uma grande proporção de crianças (indivíduos abaixo de 15 anos) na população. Em ambos os casos tem-se uma elevada proporção de dependentes em relação à população total.

No primeiro caso, característico das sociedades desenvolvidas, a base da pirâmide etária é estreita, enquanto o seu topo é largo. Neste caso, há uma forte tendência em haver problemas previdenciários, pois grande parte da população possui mais de 65 anos e depende da população economicamente ativa para sustentar seus proventos. O aumento da taxa de natalidade, a longo prazo, seria benéfica ao desenvolvimento econômico na medida em que garantiria o fornecimento da mão de

obra necessária ao processo produtivo. Atualmente este fato é reconhecido em diversos países desenvolvidos e muitos deles estão implantando políticas de estímulo aos nascimentos.

No segundo caso, característico de países subdesenvolvidos, a base da pirâmide etária é larga enquanto seu topo é estreito. Assim sendo, a sociedade deve destinar grande parte de seus recursos, geralmente escassos, para a manutenção de crianças. Com as melhorias nas técnicas de saúde pública, e a conseqüente redução nas taxas de mortalidade infantil, o problema tende a se agravar. Tal fato é considerado por Kindleberger:

“Isto (a redução da mortalidade infantil) não muda, porém, a proporção de indivíduos economicamente ativos em relação à população total, a menos que mude a taxa de natalidade, uma vez que o aumento inicial no número de adultos faz-se seguir de um aumento posterior no número de crianças.
(KINDLEBERGER, 1976, p. 294)

Neste caso, as altas taxas de natalidade, no longo prazo, atuam como um fator prejudicial ao desenvolvimento econômico, pois aumentam a população dependente, prejudicando a poupança, o investimento e o produto per capita. Em sentido contrário, a redução nas taxas de natalidade seria favorável ao desenvolvimento econômico pois implicaria uma maior proporção de indivíduos na faixa de população economicamente ativa (de 16 a 64 anos) o que, por sua vez, viabilizaria o aumento da capacidade de investimento e do produto per capita.

3.5 Taxas de natalidade, padrão de renda e desenvolvimento econômico

Um elemento de extrema relevância na análise do papel das taxas de natalidade na determinação do desenvolvimento econômico é saber como as taxas de natalidade da sociedade em questão estão distribuídas segundo o padrão de renda. Os dados apresentados na seção 2.3 sugerem que, pelo menos no caso brasileiro – e isso não é diferente para os outros países em desenvolvimento - enquanto as famílias de alta renda

apresentam taxas de fecundidade reduzidas (em torno de 1,1 filhos por mulher) nas famílias de baixa renda estas taxas são extremamente elevadas, chegando a 5,3 filhos por mulher. Uma situação como esta atua de forma bastante negativa em termos de desenvolvimento econômico.

Primeiro, deve-se considerar que as crianças nascidas em famílias de baixa renda representam uma demanda por gastos governamentais na medida em que seus pais não são capazes de arcar com alguns custos para a manutenção das mesmas (saúde e educação principalmente). Assim sendo, um número elevado de nascimentos nas classes de baixa renda gera uma pressão para se aumentar os gastos sociais comprometendo o orçamento e prejudicando a formação de poupança pública. Deve se ter em mente que, mesmo considerando fixo o montante de gastos sociais, o aumento no número de crianças a serem atendidas diminui o gasto social per capita, o que provavelmente irá refletir na redução da qualidade dos serviços recebidos por estas crianças.

Segundo, o mero aumento no número de crianças em famílias de baixa renda significa que a já escassa renda possuída por essas famílias deverá ser repartida por um número maior de indivíduos, o que, em última instância, irá refletir em uma piora nos índices de distribuição de renda. Como a noção de desenvolvimento econômico considerada neste trabalho leva em conta a distribuição de renda, torna-se evidente que as altas taxas de natalidade nas famílias de baixa renda implica uma piora no nível de desenvolvimento econômico.

3.6 Taxas de natalidade, meio ambiente e segurança pública

As taxas de natalidade de uma sociedade também podem estar relacionadas com alguns aspectos ligados à qualidade de vida e que estão indiretamente ligados ao nível de desenvolvimento econômico. Nesta seção serão considerados dois destes aspectos: o meio ambiente e a segurança pública.

A questão ambiental passou a figurar no pensamento econômico a partir da década de 1970 com os trabalhos pioneiros do Clube de Roma¹³. A partir daí, com o agravamento dos problemas ambientais, essa temática passou a ocupar um lugar cada vez maior nas teorias acerca do desenvolvimento econômico desembocando em uma nova dimensão do desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável.

Em linhas gerais, a idéia por trás da noção de desenvolvimento sustentável diz respeito a uma forma de desenvolvimento que garanta às gerações futuras a possibilidade de usufruir de condições ambientais pelo menos semelhantes às que vigoram no tempo presente. Neste sentido o papel das taxas de natalidade no desenvolvimento sustentável é incontestável. Altas taxas de natalidade pressionam os recursos naturais na medida em que é necessário um maior volume de produção para satisfazer as necessidades (moradias, vestuário, alimentação etc) da população crescente. Neste caso, parte-se da constatação óbvia de que o processo produtivo, pelo menos como estruturado atualmente, necessariamente deve-se utilizar o ambiente a sua volta, consumindo recursos naturais. Em sentido inverso, a redução das taxas de natalidade, aprioristicamente, poderia gerar uma atenuação na demanda por recursos naturais na medida em que reduzisse o número de consumidores potenciais.

No que tange à segurança pública o caso é um pouco mais complexo, necessitando de algumas considerações iniciais. Primeiro, deve se ter em mente que o termo segurança pública envolve uma miríade de aspectos que vão desde a segurança no trânsito até a garantia à vida. Nesta seção será considerado o papel das taxas de natalidade somente em dois destes aspectos: crimes contra a vida e crimes contra o patrimônio. Segundo, deve estar claro que a violência de maneira geral, e os crimes acima relacionados de forma específica, estão vinculados a uma infinidade de causas que vão desde elementos culturais até aspectos legais e econômicos. O que se procura mostrar aqui, é como as taxas de natalidade de uma sociedade poderia influenciar a ocorrência dos crimes contra a vida e contra o patrimônio. Neste quesito, tem-se que um número elevado de nascimentos em famílias de baixa renda acarreta na redução da renda per capita desta família gerando carência de recursos. Se, junto a esta situação,

¹³ A este respeito ver Faucheux e Noel

coexistir um ambiente de poucas oportunidades em termos de educação e emprego significa que poderia (o que não garante que necessariamente ocorreria) haver uma tendência ao aumento da criminalidade na medida em que se tem formado uma massa de indivíduos carentes de recursos e de oportunidades e que veem na violência uma forma de ganhar a vida. De forma contrária, caso se tenha uma redução no número de nascimentos, primordialmente nas famílias de baixa renda, poderia haver, no longo prazo, uma tendência à redução na criminalidade na medida em que se diminui a massa de indivíduos que potencialmente poderiam vir a cometer tais crimes. Neste sentido é curioso observar que, segundo o pesquisador Steve Levitt, a redução nas taxas de criminalidade de alguns estados norte americanos a partir da segunda metade da década de 1990 esteve muito mais ligada à legalização do aborto na década de oitenta do que a qualquer política de combate à violência. Segundo este autor, ao se legalizar o aborto, evitou-se que uma legião de crianças cujo nascimento não estava nos planos dos pais, viesse a formar uma massa de marginalizados no futuro¹⁴.

¹⁴ A este respeito ver Levitt & Dubner (2005)

CONCLUSÃO

A discussão empreendida neste trabalho buscou apresentar as relações existentes entre o grau de desenvolvimento econômico de uma sociedade e suas taxas de natalidade sob a ótica do pensamento institucionalista. Para tanto, primeiramente procurou-se discorrer sobre a abordagem institucionalista dos fenômenos sócio-econômicos destacando as concepções teóricas de dois autores em particular: Thorstein Veblen e Douglass North. A escolha destes dois autores foi devida ao elevado grau de pertinência de seus escritos com os objetivos deste trabalho. Como pôde ser visto, o termo instituições tem, inerente a ele, uma amplitude conceitual bastante elevada. Neste sentido, as instituições são definidas de forma específica conforme os propósitos de cada autor, embora esteja presente, qualquer que seja a definição em análise, a idéia de que as instituições atuam como um elemento condicionador no decorrer de um processo.

Após discorrer sobre os principais aspectos envolvidos na abordagem institucionalista procurou-se focalizar a análise no papel do desenvolvimento econômico enquanto instituição, ou seja, elemento condicionador das taxas de natalidade. Neste sentido, foram apresentadas as principais teorias que tratam do assunto como forma de se situar a análise em questão. A partir daí procurou-se estruturar uma teoria relativamente inédita em suas conclusões – a teoria da expectativa de acumulação – a qual relaciona o comportamento reprodutivo dos indivíduos com a renda dos mesmos. Como pôde ser visto, os resultados previstos por esta teoria mostrou-se compatível com as estatísticas apresentadas.

Invertendo-se o sentido de causalidade passou-se então a analisar como as taxas de natalidade de uma dada sociedade, atuando como uma instituição, condicionam o seu desenvolvimento econômico. Neste quesito mostrou-se que as taxas de natalidade podem afetar o desenvolvimento econômico de uma sociedade sobre vários aspectos. É a partir do ambiente sócio- econômico em questão que taxas de natalidade altas ou baixas, uniformes ou disformes, irão condicionar, seja de forma positiva ou negativa, o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Concentrado no caso brasileiro, e fundamentando-se nas estatísticas apresentadas, pôde-se apreender que existe uma enorme disparidade das taxas de fecundidade (e conseqüentemente de natalidade) conforme a renda – o que, por sua vez, sustenta a teoria da expectativa de acumulação. Assim sendo, mostrou-se que nas famílias de mais baixa renda predominam altas taxas de fecundidade enquanto que, nas famílias de mais alta renda, a situação se inverte, e predominam taxas de natalidade baixíssimas. Tal fato implica que o desenvolvimento econômico é extremamente prejudicado por esta configuração das taxas de natalidade na medida em que a mesma favorece a concentração da renda e outros problemas advindos desta concentração, tais como a pobreza e o potencial aumento da criminalidade. Focando a atenção para as diferenças das taxas de fecundidade entre os estados brasileiros, mais uma vez se confirmou os pressupostos da teoria da expectativa de acumulação, e pode-se constatar que nos estados com menor desenvolvimento econômico – baixa renda per capita e alta concentração – geralmente prevalecem as mais altas taxas de fecundidade. Tal fato reforça ainda mais as desigualdades regionais preexistentes no Brasil.

Diante desta situação, e de toda discussão empreendida ao longo deste trabalho, torna-se latente a necessidade de se repensar as políticas de desenvolvimento econômico integrando-as com medidas de cunho demográfico. Assim sendo, sugere-se que a discrepância das taxas de fecundidade verificada segundo a classe de renda dos indivíduos¹⁵ - o que constitui causa e consequência do nível de desenvolvimento econômico de uma sociedade - seja alvo de políticas específicas que visem atenuar esta discrepância. Neste quesito, pode-se identificar duas espécies de políticas públicas: políticas de controle de natalidade com efeitos indiretos sobre o desenvolvimento econômico e políticas de desenvolvimento econômico com efeitos indiretos sobre a taxa de fecundidade.

No que diz respeito às primeiras, pode-se afirmar que qualquer política voltada para o controle dos nascimentos em famílias de baixa renda, seja de forma compulsória (através da aplicação de multas ou outras restrições), seja de forma voluntária (pela

¹⁵ A discrepância das taxas de fecundidade conforme a renda dos indivíduos pode ser contemplada pelos dados apresentados na Seção 2.3

facilitação aos meios de contracepção) atuaria também na promoção do desenvolvimento econômico¹⁶. Quanto às segundas, pode-se inferir que caso as políticas de desenvolvimento econômico atuem no sentido de promover o aumento da renda percebida pelas famílias de baixa renda (através de programas de habitação popular que as dispensem do pagamento de aluguéis, por exemplo) elas também terão impacto na redução das taxas de fecundidade destas famílias¹⁷.

¹⁶ Para uma análise detalhada de como a redução das taxas de fecundidade nas famílias de baixa renda poderia impactar no desenvolvimento econômico vide Seções 3.5 e 3.6

¹⁷ Para uma análise de como a renda percebida pelos indivíduos determinam as taxas de natalidade dos mesmos vide Seção 2.2

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. “Apresentação” in Veblen T. **A Teoria da classe ociosa**. São Paulo, Abril Cultural, 1983

BIRDSALL, N. in **Economic Approaches to Population Growth**. Amsterdam, Elsevier Science Publishers, 1991

BUENO, N. P. **Lógica da Ação Coletiva, Instituições e Crescimento Econômico: Uma Resenha Temática sobre a Nova Economia Institucionalista**. Viçosa. Universidade Federal de Viçosa, 2004.

DEQUEQ, D. **The New Institutional Economics and theory of behaviour under uncertainty**. Versão Preliminar de texto apresentado ao II Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional.

DIETRICH M. **Transaction Cost Economics and Beyond**. Routledge, Nova Yor, 1994

ENGELS, F. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo, Escala, 1983

FAUCHEUX, S.; NOEL J. F. **Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente**. Lisboa, Editora Instituto Piaget, 1995

GIANNETTI, E. **O valor do amanhã**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005

GRUCHY, A.G. **Institutional Economics: Its developments and prospects**, London, Lexington books, 1977,

HOOVER, E. e Coale, A. **População e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1966

HUNT, E. K. **Historia do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro, Campus, 1982

KINDLEBERGER, C. P. **Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, Mc Graw-Hill do Brasil, 1976

LEVITT, S. D. & Dubner S. J. **Freakonomics**. São Paulo, Editora Campus, 2005

MACEDO, B.G. **A concepção de história em Douglass North e na economia do desenvolvimento**. Texto apresentado ao II Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional.

NORTH, D. **Institutions, Institutional change and economic performance**. Cambridge, Cambridge University Press, 1990

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo, Abril Cultural, 1983

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)